



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 58 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 334 a 353/XVII/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 432 a 434, 437 a 439 e 441 a 474/XVII/1.^a e da Apreciação Parlamentar n.º 4/XVII/1.^a

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-

Ministro (Luís Montenegro), que, após uma intervenção inicial, respondeu às perguntas dos Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 32 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 14 horas e 58 minutos.

Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as galerias para o público que deseje assistir aos nossos trabalhos.

Pausa.

Pedia aos Srs. Deputados, então, o favor de se sentarem para podermos dar início à nossa sessão.

Começo por cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes Membros do Governo, desejando um bom ano, com muita saúde e com grande capacidade de realização de todos os objetivos, que são também os objetivos de todos nós.

Dou a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada, e foram admitidos pelo Sr. Presidente, os Projetos de Lei n.ºs [334](#) e [339/XVII/1.ª](#) (PS), [343](#), [344](#), [345](#) e [346/XVII/1.ª](#) (L), [347/XVII/1.ª](#) (IL), [349](#), [350](#), [351](#), [352](#) e [353/XVII/1.ª](#) (PS), os Projetos de Resolução n.ºs [432](#) e [433/XVII/1.ª](#) (L), [434/XVII/1.ª](#) (IL), [458](#) e [459/XVII/1.ª](#) (PS), [461/XVII/1.ª](#) (L), [462/XVII/1.ª](#) (IL), [469/XVII/1.ª](#) (PS) e [474/XVII/1.ª](#) (IL), a Apreciação Parlamentar n.º [4/XVII/1.ª](#) (PS)...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário da Mesa tem de cumprir esta penosa missão, mas ela é regimental e os grupos parlamentares terão a oportunidade de poder mudar o Regimento nesta parte, se acharem, tal como eu acho, que é uma parte que é prescindível, atendendo às novas técnicas de comunicação que existem. Mas é um cumprimento de uma obrigação que o Sr. Secretário faz com todo o esforço, pelo que é merecedor do respeito também por parte de todos os Srs. Deputados. Por isso, pedia o favor de criarem condições para que possa ser ouvido.

Faça favor, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu que deu entrada também a Apreciação Parlamentar n.º [4/XVII/1.ª](#) (PS).

Deram ainda entrada na Mesa os Projetos de Lei n.ºs [335](#), [336](#), [337](#) e [338/XVII/1.ª](#) (PAN), [340](#), [341](#) e [342/XVII/1.ª](#) (CH), [348/XVII/1.ª](#) (BE) e os Projetos de Resolução n.ºs [437](#), [438](#) e [439/XVII/1.ª](#) (CH), [440](#), [441](#), [442](#), [443](#), [444](#), [445](#), [446](#), [447](#), [448](#), [449](#), [450](#), [451](#) e [452/XVII/1.ª](#) (PAN), [453](#), [454](#), [455](#), [456](#), [457](#) e [460/XVII/1.ª](#) (CH), [463/XVII/1.ª](#) (CDS-PP), [464](#), [465](#), [466](#), [467](#) e [468/XVII/1.ª](#) (BE), [470/XVII/1.ª](#) (CH), [471](#) e [472/XVII/1.ª](#) (BE), [473/XVII/1.ª](#) (CH), [475/XVII/1.ª](#) (PAR).

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário da Mesa, Sr. Deputado Francisco Figueira.

Vamos então entrar no único ponto da nossa ordem do dia, o debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento.

Para a intervenção inicial, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 10 minutos para este efeito.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por expressar, em nome do Governo, as nossas condolências às famílias das pessoas que faleceram nas últimas horas e que não terão tido a resposta mais rápida do sistema de emergência, apesar do reforço feito na região de Setúbal e de Lisboa, que envolve a totalidade das ambulâncias disponíveis.

E é precisamente para reforçar a capacidade do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) e na sequência de um processo, também ele iniciado há meses, que ontem foi aprovada a aquisição de 275 novas viaturas para o INEM, num investimento que ascende a 16,8 milhões de euros. São 63 ambulâncias, 34 VMER (viaturas médicas de emergência e reanimação) e 78 outros veículos.

É o maior investimento do género na última década. Nos últimos 10 anos, apenas tinham sido adquiridos para o INEM 100 veículos, num total de 4,2 milhões de euros. Ou seja, em 10 anos foi gasto um quarto do que este Governo decidiu, ontem mesmo, investir.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Estamos a resolver um problema crónico e a inverter um desinvestimento que herdámos, com consequências evidentes e graves.

Já hoje, em reunião entre a Ministra da Saúde e a Sr.^a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social,...

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Onde é que ela está?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... foi também decidido criar uma resposta rápida, com 400 a 500 camas, em unidades intermédias, para poder tirar do sistema hospitalar casos sociais que retiram capacidade, precisamente para as situações de emergência.

Todos estes investimentos estão enquadrados na reforma profunda do INEM que está em curso, para que possamos garantir uma mais rápida resposta do serviço de emergência médica.

Estamos já a implementar a modernização tecnológica dos Centros de Orientação de Doentes Urgentes e a alteração do sistema de triagem.

Em 2026, prosseguiremos a reforma estrutural da saúde para garantir uma resposta rápida, eficaz e humana em todo o território.

Amanhã, o Conselho de Ministros vai também aprovar as resoluções para o lançamento do concurso para a construção do novo hospital do Algarve,...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... uma obra estrutural que se junta a outras como o Hospital de Todos os Santos, em Lisboa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em 2026, prosseguiremos as reformas estruturais e transformadoras noutras áreas essenciais à vida dos portugueses.

Na mobilidade, transformando a ferrovia num eixo central de mobilidade, vamos comprar mais material circulante estratégico para a CP (Comboios de Portugal) e definiremos um modelo de exploração ferroviária 2040 — incluindo um estudo de concessões e subconcessões —, preparando a liberalização do mercado.

Na habitação, após a aprovação do segundo pacote de habitação, centrado em medidas fiscais para aumentar a oferta, vamos implementar um terceiro pacote de medidas, centrado na área da justiça, com o reforço do papel social do Estado, libertando os senhorios dessa responsabilidade; com maior celeridade dos despejos em casos de incumprimento dos contratos de arrendamento; e agilizando a resolução de heranças indivisas que envolvam imóveis.

Na modernização e na diminuição da burocracia do Estado, continuaremos a simplificar e a digitalizar a interação das pessoas e das empresas com a administração. Um Estado pesado é um obstáculo à dinamização do País.

Na justiça, apresentaremos uma reforma da justiça penal focada na celeridade.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em 2025, prosseguimos uma política de estabilidade económica, simplificação administrativa, redução fiscal, flexibilidade laboral, criando condições para que as famílias e as empresas possam planear, investir e crescer em Portugal.

A solidez económica que estamos a construir assenta num modelo de salários mais altos e impostos mais baixos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A quarta redução de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) — que se opera tanto pelo aumento dos limites dos escalões como pela redução de 0,3 pontos percentuais das taxas do 2.º ao 5.º escalão — vai beneficiar diretamente mais de 2 milhões e 600 mil portugueses.

Este ano, voltámos a reduzir também o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), por decisão, de resto, do Parlamento.

Reforçámos os rendimentos: em 2026, o salário mínimo nacional aumentou para 920 € e continuamos o esforço de promoção e aumento do salário médio. Sem ambiguidades, aumentar salários só é sustentável quando isso assenta em crescimento económico real. E é isso que este Governo e os portugueses estão a promover.

Os reformados estão igualmente no topo das nossas prioridades. Todas as pensões foram atualizadas a 1 de janeiro, com as regras em vigor, aumentando mais as pensões mais baixas. E decidimos o terceiro aumento do complemento solidário para idosos, agora para 670 €, mantendo para estes pensionistas a gratuidade do acesso aos medicamentos.

Relativamente aos jovens, em 2025 começaram a sentir em plenitude o efeito do amplo reforço do IRS Jovem e continuaram a beneficiar das isenções de impostos e da garantia pública na compra da primeira habitação.

Continuaremos a valorizar os funcionários públicos. Já assinámos 35 acordos com sindicatos para a revisão de 26 carreiras, abrangendo mais de 350 000 trabalhadores da Administração Pública.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos a transformar Portugal com ambição e realismo. E entramos em 2026 com redobrado ímpeto reformista e uma mentalidade positiva e vencedora.

Portugal é um pilar de estabilidade e um dos países que mais cresce na Europa. Os números evidenciam-no: em 2025, a economia portuguesa terá crescido à volta de 2 % e, em 2026, a nossa estimativa é que cresça 2,3 %.

A dívida pública segue uma trajetória descendente. No fim de 2025, amortizámos antecipadamente 900 milhões de euros em dívida pública e pela primeira vez em 16 anos o rácio da dívida fica abaixo de 90 % do PIB (produto interno bruto) em 2026.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Hoje mesmo, o mercado registou um *spread* das nossas obrigações do tesouro a 10 anos, face às obrigações alemãs, que representa o mínimo histórico desde 2007.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso deve-se ao rigor e controlo nas contas públicas e deve-se, também, a uma trajetória que, mais uma vez, vai culminar com o ano de 2025, com um *superavit*, ao contrário daquilo que muitos anteciparam mesmo aqui nesta Assembleia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Tudo isto impacta a vida das pessoas, tudo isto se reflete numa taxa de desemprego que é historicamente baixa, numa taxa de emprego que é historicamente alta e, apesar do contexto de incerteza internacional, com o crescimento das nossas exportações, quer em 2025 quer em 2026.

Exemplo deste reconhecimento são as distinções da *The Economist* e do *Financial Times*, que são um justo reconhecimento do esforço, do mérito do trabalho dos portugueses, das empresas portuguesas e também do Governo de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, no contexto internacional, para além da ajuda à Ucrânia — que visitei no final do ano passado —, temos acompanhado de muito perto os acontecimentos na Venezuela, com prioridade absoluta para a segurança e bem-estar da comunidade portuguesa que vive na Venezuela.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Não tendo Portugal reconhecido os resultados das eleições de 2024 e defendendo o respeito pelo direito internacional, constatamos o papel dos Estados Unidos na promoção de uma transição estável, pacífica, democrática e inclusiva na Venezuela, com a maior brevidade possível.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Esta é a melhor forma de salvaguardar os interesses de Portugal e da comunidade portuguesa.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a prioridade deste Governo é mesmo resolver os problemas concretos da vida dos portugueses e transformar Portugal não deixando ninguém para trás.

Queremos crescimento económico para criar emprego, para gerar riqueza, para pagar melhores salários, para reforçar e garantir o estado social e, em particular, a saúde.

A estabilidade que conquistámos é a base da ambição que assumimos, focados em resultados que façam ainda mais diferença na vida dos portugueses.

Até 2029, o Governo está concentrado em executar o seu Programa, o Programa que foi sufragado pelo povo e viabilizado por esta Assembleia da República.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não temos de estar todos de acordo, mas temos todos o dever de pôr o interesse nacional e dos portugueses acima de qualquer interesse, mesmo dos interesses partidários.

Sendo a primeira vez que estou nesta Assembleia da República neste ano, desejo a todos um ótimo 2026, com o voto sincero de uma colaboração leal e eficaz na resolução dos problemas dos portugueses e na defesa do interesse nacional. Garanto-vos: a mudança está para continuar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente:** — Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto para o primeiro conjunto de perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

Peço silêncio na Câmara para o efeito, por favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pensei que era o Bruno!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} Ministras, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero desejar um bom ano a todos, ao seu Governo, a todos os seus Ministérios.

E há uma coisa que nós, quando começa o ano, desejamos, que é saúde. Saúde para todos. É isso que está a começar a correr muito mal no seu Governo e muito mal na saúde dos portugueses.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E é importante realçarmos isso.

Vimos aqui a festa que o Partido Social Democrata fez com a sua intervenção, como se tivesse sido uma grande intervenção, mas dedicou apenas 2 minutos à saúde dos portugueses.

Recordo, Sr. Primeiro-Ministro, que, nas últimas 24 horas, morreram três pessoas à espera de socorro. Quando ligamos para o INEM e quando estamos à espera de socorro, é porque algo vai mal com a nossa saúde. E o Estado voltou a falhar, como já falhou no seu Governo.

Ontem, no Seixal, um homem de 78 anos morreu, após esperar três horas por uma ambulância. Sr. Primeiro-Ministro, três horas à espera de socorro!

Hoje mesmo, uma idosa morreu na Quinta do Conde, no concelho de Sesimbra. Esteve 44 minutos à espera de uma ambulância e estava, a senhora, em paragem cardiorrespiratória.

E há pouco ficámos também a saber que ontem, em Tavira, faleceu um homem, que esteve 1 hora à espera dos meios de socorro.

Sr. Primeiro-Ministro, estas mortes significam que o Estado social falhou, que, mais uma vez, o seu Governo falhou e que estamos perante o colapso total do SNS (Serviço Nacional de Saúde) e da saúde em Portugal.

Aplausos do CH, tendo a Deputada do CH Cristina Vieira Henriques aplaudido de pé.

Falhou, como falhou em 2024, quando morreram 12 pessoas à espera do socorro do INEM. Falhou, como falha cada vez que um bebé nasce numa ambulância, nasce num quartel de bombeiros ou, imagine-se, numa área de serviço de autoestrada...

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Vergonha!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... ou até na rua.

Não, isto não é o Botswana, não é o Bangladesh. Isto é Portugal, é o estado em que os senhores deixaram a saúde.

Aplausos do CH, tendo a Deputada do CH Cristina Vieira Henriques aplaudido de pé.

Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me que lhe diga que as suas políticas para a saúde são um desastre.

Os portugueses pagam impostos e mais impostos, sobrecarregados em impostos. Aumentou tudo no dia 1 de janeiro, ao contrário do que dizia o Sr. Ministro das Finanças, Miranda Sarmento. Aumentou o pão, aumentaram os ovos, aumentou a alimentação toda em Portugal.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Os portugueses pagam impostos para ter saúde e os senhores não lhes dão saúde. Queremos uma saúde de vida e não uma saúde para a morte.

Sr. Primeiro-Ministro, é curioso que, sempre que vem a esta Assembleia da República e sempre que existe um problema grave em Portugal, o senhor vem dizer «ainda ontem fizemos isto, ainda ontem assinámos um contrato para ter mais não sei quantas ambulâncias que são fundamentais para Portugal».

Elas existem em Portugal, estão é mal coordenadas. O que tem falhado no sistema de saúde e nas ambulâncias em Portugal é a falta de coordenação.

Aplausos do CH.

Mais, disse também que, hoje mesmo, vão entrar mais 400 ou 500 camas, que retiram a capacidade para as situações de emergência. Ó Sr. Primeiro-Ministro, foi preciso morrerem três pessoas para arranjarmos mais 400 ou 500 camas nos hospitais em Portugal? Foi preciso isto?

Aplausos do CH, tendo a Deputada do CH Cristina Vieira Henriques aplaudido de pé.

E amanhã vão lançar o concurso — imaginem! — do hospital do Algarve, que já foi anunciado pelo menos três vezes pelo Sr. Primeiro-Ministro e que era para ser assinado em outubro. Recorda-se, Sr. Primeiro-Ministro? Era em outubro! Não, já estamos para janeiro. E vamos ver se será assinado amanhã ou não. O Sr. Primeiro-Ministro diz que sim, vamos ver.

Ou seja, o problema da saúde em Portugal estava identificado. Inclusive, a Sr.^a Ministra da Saúde disse, a 24 de novembro, e vou citar: «Este vai ser um inverno muito duro.»

Portanto, todos nós já sabíamos, o seu Governo sabia que ia ser um inverno duro, mas o Governo não reativou o reforço de ambulâncias para este inverno. «Avisámos a Ministra várias vezes e nada foi feito», diz o Presidente da Liga dos Bombeiros.

Então, se estavam avisados e se sabiam o que é que ia acontecer, Sr. Primeiro-Ministro, isto só tem um nome: é incompetência. É incompetência da Sr.^a Ministra, é incompetência do seu Governo. É incompetência!

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, até quando é que vai segurar a Ministra da Saúde?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Ora, ouvimos a pergunta e agora vamos ouvir o Sr. Primeiro-Ministro a responder. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, quero começar por reiterar o nosso profundo pesar e lamento pelo falecimento destas pessoas, destes portugueses, cujas causas nenhum de nós,...

Protestos da Deputada da IL Joana Cordeiro.

... em bom rigor e verdade, pode neste momento determinar,...

Protestos do CH.

... mas que, sabemos, não tiveram o atendimento, em termos de rapidez dos serviços de emergência e socorro, que era devido e que era desejável.

Protestos do CH.

Portanto, que não sobrem dúvidas de que nós queremos que essa capacidade de resposta seja mais rápida, mas não podemos cair no equívoco de estar a tirar conclusões precipitadas.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — De resto, o Sr. Deputado Pedro Pinto, a esse propósito, mencionou os casos de 2024,...

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Inadmissível!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... os 12 casos de novembro, mas teve a oportunidade, e não o fez porque não quis, de dizer que dos 12 casos aí ocorridos, em nove, a inspeção-geral excluiu qualquer correlação entre o atraso da resposta e a fatalidade da ocorrência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em três casos, esse apuramento está ainda... melhor dizendo, foi admitida essa possibilidade,...

Vozes do CH e do PS: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas desses três está apenas um pendente, na medida em que, em dois deles, o Ministério Público arquivou os respetivos procedimentos.

Portanto, Sr. Deputado, veja bem a diferença entre aquilo que é o discurso político mais tremendista, aquele discurso político oportunista, que tira conclusões precipitadas,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Que faz oposição!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e aquele que aguarda a verificação concreta daquilo que realmente aconteceu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH e do PS.

Agora, eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que, para nós, um caso é suficiente...

Protestos do CH.

... para o nosso total empenhamento e esforço em garantir uma resposta para todos. Um caso é suficiente!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O que não é correto para quem está na vida pública com o intuito de resolver efetivamente os problemas é não ter uma avaliação criteriosa e rigorosa daquilo que se passa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O mesmo se diga, de resto, Sr. Deputado Pedro Pinto, sobre o acionamento do dispositivo especial de emergência pré-hospitalar, que, dito de uma maneira mais simples, é o adicional de ambulâncias disponíveis para o sistema de emergência.

Por decisão de um Governo liderado por mim no ano passado — aliás, há um ano e qualquer coisa, em 2024 — foi...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Há dois anos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não foi há dois anos rigorosamente, Sr. Deputado. Foi há um ano e um mês, se quiser ser mais rigoroso.

Foi determinado, em dezembro de 2024, um procedimento para a contratualização de até 100 novos postos adicionais de emergência, postos de emergência médica sazonais.

Desses 100 que foram contratualizados em termos potenciais, de fevereiro a abril de 2025, houve necessidade de passar a 60, aquilo que era uma necessidade operacional.

Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.

Em abril de 2025, esse acordo foi renovado e passaram a estar contempladas 35 ambulâncias ao abrigo, precisamente, deste dispositivo especial.

Após uma análise cuidada da disponibilidade dos meios, face às necessidades no terreno, concluiu-se, entre as forças de emergência médica e a Liga dos Bombeiros, continuar, até ao final do ano de 2025, com 27 postos de emergência médica e, entretanto, foi determinado o prolongamento até 28 de fevereiro de 2026. Entretanto também, foram adicionados a esses 27 mais oito meios, na região de Lisboa, e seis meios, na Margem Sul, na península de Setúbal.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado Pedro Pinto: os meios que estão, neste momento, ao abrigo precisamente deste dispositivo, que é excecional, integram a totalidade da disponibilidade das ambulâncias na região de Lisboa e na região da península de Setúbal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E, quando se fala numa diminuição dessa capacidade face àquilo que tinha sido a decisão inicial, em dezembro de 2024, o que nós estamos a dizer é que, na região Norte e na região Centro, onde não foi necessário, não foi identificada uma necessidade acrescida, não foi formalizada uma disponibilidade adicional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em Aveiro não pode dizer isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nas zonas, como em Lisboa e na península de Setúbal, onde essa necessidade foi identificada, nós esgotámos a totalidade, 100 % da disponibilidade.

A partir daqui, neste momento, ou o sistema ao nível dos bombeiros e da Cruz Vermelha tem mais capacidade e, portanto, adquire mais capacidade ou nós, para termos essa capacidade garantida, teremos de recorrer ao setor privado.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já há duas ambulâncias, neste momento, adstritas ao setor privado.

E este «Ah!» vindo da bancada do Partido Socialista quererá, portanto, dizer que o Partido Socialista está de acordo...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Finalmente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e, finalmente, confia na complementaridade da oferta da capacidade instalada nos serviços públicos, no serviço social e no setor privado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, agradeço a sua resposta, mas não respondeu àquilo que lhe perguntei. Eu perguntei-lhe se vai ou não demitir a Sr.^a Ministra da Saúde.

Aplausos do CH.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Rua!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, num contexto onde nós estamos a resolver os problemas estruturais da saúde,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Diga sim ou não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... num contexto em que nós estamos a reforçar os meios disponíveis,...

Protestos de Deputados do CH.

... num contexto em que estamos a tomar as medidas legislativas que conferem maior capacidade de gestão,...

Protestos de Deputados do PS e do L.

... num contexto em que estamos efetivamente a ter ganhos, em termos de eficiência do sistema,...

Protestos do CH, do PS e do BE.

... que, apesar das dificuldades, responde com mais rapidez do que aquilo que respondia há um ano — e há um ano já respondeu com mais rapidez do que respondia no ano anterior —, aquilo que eu tenho a dizer-lhe é que os problemas da saúde não se resolvem com demissões nem com jogadas políticas e político-partidárias. Resolvem-se com convicção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Resolvem-se com competência. Resolvem-se com resistência. Resolvem-se com resiliência. E é para isso que este Governo, este Primeiro-Ministro e a Ministra da Saúde estão no Governo e vão continuar no Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Burburinho na Sala.

Sr. Deputado, espere um segundo.

Protestos do CH.

Srs. Deputados... Sr. Deputado Bruno Vitorino, faça o favor de se sentar.

Continuação de protestos do CH.

O Sr. Deputado Pedro Pinto vai usar da palavra para continuar a questionar o Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

Continuação de protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E não há advertência?!

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acho que, pelo tema em causa, a necessidade do pedido de esclarecimento, bem como o respetivo esclarecimento são relevantes. Assim, por respeito a todas as pessoas que têm de beneficiar do nosso sistema de saúde, agradeço que deem condições para que o Sr. Deputado possa continuar a questionar o Sr. Primeiro-Ministro, pois sabemos que a resposta é essencial.

Faça favor, Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, deixe-me lamentar as ofensas proferidas pelo Deputado do PSD eleito pelo distrito de Setúbal a uma Deputada do Chega. Quero que fique registado, e que fique registado em ata, porque é lamentável a atitude do Deputado do PSD.

Aplausos do CH.

Eu percebo que exista algum desespero dentro do PSD.

Protestos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Assim é impossível!...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É uma bancada de arruaceiros!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acho que não estamos a dar uma boa imagem do Parlamento a tantos portugueses que estão a assistir e que estão interessados em relação a um tema que é importante.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Não vamos estar a criar incidentes para perturbar o esclarecimento e o questionamento em relação a esta matéria. Se há situações que devem ser depois transmitidas e apresentadas à Comissão de Transparência, será feito. Não é este o local e o momento para se resolver esse tipo de situações. Há um espaço próprio na Assembleia.

Portanto, Sr. Deputado Pedro Pinto, peço-lhe que continue no uso da palavra para o efeito que tem neste momento, que é questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, percebo a sua resposta e também o desespero do distrito de Setúbal por ter sido abandonado pela saúde, por ter sido abandonado pelo Governo, por ter sido abandonado pela Ministra da Saúde, por ter sido o distrito mais maltratado pela saúde em Portugal.

Aplausos do CH.

Queria dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que há uma coisa que já percebemos. Não temos a explicação para isso, mas já percebemos que esta Ministra tem sete vidas dentro do seu Governo. Já percebemos, porque já teve casos, casos e mais casos e casos e casinhos, e o Sr. Primeiro-Ministro continua a aguentá-la, a aguentá-la, como se fosse a última coisa a fazer.

Sr. Primeiro-Ministro, já se percebeu que a Sr.^a Ministra, com todo o respeito que eu tenho por ela, não é capaz de resolver os problemas da saúde em Portugal. Já todos nós percebemos isto!

Aplausos do CH.

O Sr. Primeiro-Ministro diz — e aí há uma coisa em que estou de acordo consigo — que as coisas resolvem-se com competência. É verdade, resolvem-se com competência. Não é com a incompetência da Sr.^a Ministra, como tem sido até aqui, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do CH.

Eu vou recordar-lhe algumas coisas.

Por exemplo, o INEM, no dia 2 de janeiro, estreou um novo sistema de triagem em Portugal. Não se articulou nem com os bombeiros nem com a Cruz Vermelha. Que azar, morreram três pessoas!... Se não

tivessem morrido as três pessoas, ninguém sabia que não tinha havido a articulação entre o INEM, os bombeiros e a Cruz Vermelha.

Isto é o quê? Incompetência, Sr. Primeiro-Ministro! Isto é incompetência! Não venha dizer que não!

Aplausos do CH.

Os senhores tiveram foi azar! Mas mais azar tiveram as famílias daquelas pessoas que faleceram. Mais azar tem quem precisa do Serviço Nacional de Saúde e não o tem. Mais azar tem quem está em macas nos hospitais há semanas, há meses. Mais azar têm essas pessoas.

Isto, Sr. Primeiro-Ministro — vou dizer-lhe outra vez, olhos nos olhos —, é incompetência. Incompetência, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do CH.

A saúde não pode ser um jogo. A saúde não pode ser um jogo de sorte ou de azar. A saúde é necessária para todos os portugueses. Todos nós precisamos de saúde. Aqueles que estão ali em cima precisam de saúde. Quem está em casa precisa de saúde. Quem está nos hospitais precisa de ter saúde, precisa ter uma saúde que paga. E pagam, pagam muito em impostos para ter acesso a essa saúde.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E não podem ser tratados como portugueses de segunda, de terceira, de quarta, de quinta, como estão a ser tratados pelo seu Governo, e como já eram tratados pelo Governo do Partido Socialista.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PS.

Aí — vou dizer-lhe isto também, Sr. Primeiro-Ministro — também já eram tratados assim pelo Governo do Partido Socialista, que era o Governo, deixe-me recordar-lhe, que o Sr. Primeiro-Ministro dizia que era incompetente porque não resolvia os problemas da saúde. Sabe quem é que dizia isto? Não era o André Ventura, não era o Pedro Pinto; era o Luís Montenegro. Era o Luís Montenegro que dizia que António Costa não era capaz de resolver os problemas da saúde em Portugal.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, portanto, agora cabe-lhe a si ser capaz de resolver os problemas da saúde em Portugal.

Queria perguntar-lhe ainda, rapidamente, sobre os tempos de espera nas urgências, que continuam a aumentar todos os dias, todos os dias, todos os dias. Hoje mesmo o registo é de 10 horas — 10 horas, no Santa Maria! A pergunta que lhe faço é: para quando é que vai resolver isto? É que disse que ia resolver há um mês, quando estive aqui. Disse que ia resolver rapidamente. Queremos saber para quando.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, para não estar a repetir respostas, vou já responder a esta pergunta, que é verdadeiramente a nova que coloca, relativamente aos tempos de espera nos serviços de urgência. Nós temos, efetivamente, um problema que tem um contexto geográfico e que tem também um contexto temporal. Há regiões do País que sentem de uma

forma muito mais intensa o tempo de espera para atendimento nas urgências; e há épocas do ano em que há picos, pelo número de pessoas que recorrem aos serviços de urgência, o que tem igualmente uma implicação na capacidade de resposta.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O SNS funcionava melhor sem utentes!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Evidentemente que estamos atentos a essas duas realidades e, portanto, estamos a tentar precisamente implementar medidas corretivas que visem, por um lado, reforçar as áreas geográficas que têm maior pressão e que visem também reforçar nas alturas do ano em que há essa maior pressão.

Posso dizer-lhe, Sr. Deputado, e já o disse aqui noutras ocasiões, que ninguém consegue resolver isto de um dia para o outro.

Protestos de Deputados do PS, do L e do PCP.

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, à medida que vamos implementando as nossas decisões, há acréscimos de resultado.

Os resultados são os seguintes: face ao mesmo período do ano passado, houve uma redução de 30 % do tempo de espera nas urgências dos doentes azuis e verdes; de 18 % dos tempos de espera nos doentes com a triagem de cor amarela; e houve uma redução de 21 % dos utentes que recorreram aos serviços de urgência e aos quais foi atribuída uma prioridade laranja.

Ou seja, Sr. Deputado, com serenidade, sem gritos, sem a tal politiquice ou jogo da politiquice,...

Protestos de Deputados do CH e do PS.

... posso dizer-lhe que estamos paulatinamente a resolver, do ponto de vista estrutural, esta questão e que já temos resultados que podemos evidenciar.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isto não desculpa nem retira o nosso foco daquelas pessoas que sofrem os efeitos quando têm a necessidade de acesso.

Mas também quero dizer-lhe que, assim como há alturas do ano em que há estes picos e áreas geográficas que têm maior pressão, na grande maioria do País, felizmente, as mais de uma centena e meia de urgências que estão disponíveis respondem a tempo e horas às suas solicitações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, bom, não sei em que país é que o Sr. Primeiro-Ministro vive,...

Vozes do CH: — Pois!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... ou de que urgências é que o Sr. Primeiro-Ministro sabe. É que não é assim como está a dizer. Lamento imenso, e os portugueses lamentam mais!

O Sr. Primeiro-Ministro fala em jogo da politiquice. Isto não é jogo da politiquice; é a vida das pessoas que está em jogo. Nós temos, em primeiro lugar, de defender a vida das pessoas, e é isso que fazemos aqui.

Sr. Primeiro-Ministro, a mudança que tem havido na saúde entre o PSD e o Partido Socialista tem sido só uma: a mudança nas direções dos hospitais em Portugal, porque saíram os do cartão rosa e estão a entrar os do cartão cor de laranja. É a única diferença que tem havido na saúde em Portugal.

Aplausos do CH.

Já agora, gostaríamos também de saber onde é que anda a direção executiva do SNS. É que está desaparecida em combate. Os casos sucedem-se e ninguém fala da direção executiva. Aliás, até hoje — não sei se ouviram —, Luís Marques Mendes já disse que a direção executiva está em silêncio.

Não percebo porque que é que Luís Marques Mendes não falou na Ministra da Saúde. Vou recordar as declarações de Luís Marques Mendes, em 2024, quando disse que a Ministra da Saúde estava a mais no cargo. Hoje já não está a mais! Não está a mais porque Luís Marques Mendes precisa do apoio do Governo e do PSD para a sua candidatura presidencial. Esta que é a resposta, esta que é a verdade!

Aplausos do CH.

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, que já temos pouco tempo, vou mudar o assunto da saúde e queria falar das CCDR (comissões de coordenação e desenvolvimento regional). As CCDR vão ser eleitas no próximo dia 12. Houve um acordo entre o PS e o PSD e o Sr. Primeiro-Ministro consegue meter em cada CCDR — há cinco em Portugal — mais cinco vice-presidentes nomeados por si, nomeados pelo seu Governo. Ou seja, isto trará uma despesa anual adicional de quase 3 milhões de euros ao erário público.

Ou seja, quando temos Miranda Sarmento a querer cortar em tudo, a não querer aumentar salários às pessoas, a não querer baixar o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) da restauração, a não querer aumentar o salário dos polícias, dos oficiais de justiça, dos bombeiros, temos mais 2 milhões — 2 milhões e 600 mil euros! — para tachos e tachos para os boys do PS e do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, é uma vergonha o que o seu Governo tem feito!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 segundos, mais 15, num total de 20 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Pinto, sobre eleições presidenciais, eu falo noutras circunstâncias.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não devia! Fala, mas fala mal!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sei que, para o Chega, é a mesma coisa. Presidenciais e legislativas é o mesmo, o candidato é o mesmo, é tudo o mesmo. Nós não fazemos essa confusão!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sobre as CCDR, vou responder-lhe. Nós não criámos lugares novos; substituímos uns lugares por outros. Explico-lhe daqui a bocadinho como é que isso se processa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Agora é a vez do Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Partido Socialista, para a primeira ronda de perguntas.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de mais as nossas condolências às famílias das vítimas mortais desta falha no Estado, que não respondeu às suas necessidades. Aos familiares e aos amigos, as condolências do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sr. Primeiro-Ministro, na área da saúde, há três palavras que caracterizam estes quase dois anos de Governo: uma profunda insensibilidade, uma incompetência e uma incapacidade para responder às necessidades na área da saúde.

Aplausos do PS.

O PS nunca afirmou que havia soluções simples; pelo contrário, sempre dissemos que eram soluções difíceis e complexas. Mas alguém nesta Sala disse que havia soluções simples e que nos primeiros meses teria soluções para responder às necessidades. Esse alguém foi o Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

A verdade é esta: urgências entupidas, quando não estão fechadas; cada vez mais pessoas sem médico de família; batem-se recordes de nascimentos em ambulâncias ou na via pública; as grávidas e as suas famílias vivem num clima de incerteza e de insegurança; aumentam as listas de espera para cirurgias, entre as quais cirurgias de oncologia; multiplicam-se falhas dramáticas na emergência pré-hospitalar. Nos últimos dias, infelizmente, houve três vítimas mortais.

É lamentável a insensibilidade, a incapacidade e a incompetência nas respostas a este problema, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

Soubemos ontem, até, que o Governo não ativou o plano de reforço das ambulâncias com a Liga dos Bombeiros Portugueses. Pergunto se não ativaram o plano para evitar que elas estivessem à porta dos hospitais com esse trágico e degradável espetáculo da falta de resposta das urgências hospitalares, sendo não ter ambulâncias para transportar as pessoas a forma de evitar esse cenário.

Aplausos do PS.

Pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, se corresponde a essa orientação política dada aos serviços.

A verdade, Sr. Primeiro-Ministro, é que o Instituto Nacional de Emergência Médica, um dos últimos redutos da segurança do Estado, hoje não consegue assegurar essa segurança aos cidadãos. Transformou-se numa lotaria que, infelizmente, joga com a vida das pessoas.

Em julho passado, Sr. Primeiro-Ministro, na ótica da responsabilidade de que sempre lhe falei, apresentei-lhe uma proposta para a coordenação da emergência hospitalar à semelhança do exemplo que hoje há em Inglaterra, na Espanha, na França. Pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, o que é que fez a esta proposta...

O orador exibiu o documento que mencionou.

... ou se entende que não é importante reforçar a capacidade da emergência pré-hospitalar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, o Sr. Deputado não tem razão.

Vozes do PS: — Não, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O Sr. Deputado veio com a sua retórica, enfim, estudada, querendo imputar insensibilidade e incompetência ao Governo, querendo circunscrever a duas palavras aquela que é a ação do Governo.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Olhe, deixe-me dizer-lhe que para lhe responder basta uma palavra: «descaramento».

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Descaramento, porque, Sr. Deputado, que o Sr. Deputado faça o seu trabalho de oposição e exija ao Governo que produza resultados com as suas políticas, com as suas decisões, está tudo certo. Agora, que o Sr. Deputado parta do princípio de que os problemas que temos no nosso Serviço Nacional de Saúde e no nosso sistema de saúde começaram com a entrada em funções deste Governo e do Governo que o antecedeu,...

O Sr. **José Luís Carneiro (PS):** — Eu não disse isso! Não foi isso que eu disse!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... ignorando aquela que foi a situação em que os senhores — e o senhor esteve no Governo — deixaram o Serviço Nacional de Saúde e a capacidade de resposta do serviço,...

Protestos do PS.

... de facto, impõe um descaramento que, sinceramente, era bom para o debate, para a profundidade do debate, que o Sr. Deputado não tivesse.

Protestos do PS.

Houve muitas alterações, Sr. Deputado. Desde logo, este Governo não tem nenhum complexo ideológico ao olhar para a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Paulo Núncio (CDS-PP):** — Bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — A nossa preocupação é a pessoa.

O Sr. **Paulo Núncio (CDS-PP):** — Bem lembrado!

Protestos do PS.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — A nossa preocupação é a circunstância de cada um. A nossa preocupação é servir a pessoa que tem uma necessidade. A nossa preocupação não é querer fazer vingar uma ideologia política.

Protestos do PS.

A nossa preocupação não é criar obstáculos à utilização de toda a capacidade instalada na nossa sociedade para responder melhor às pessoas.

O Sr. **Paulo Núncio (CDS-PP):** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A nossa preocupação são as pessoas primeiro e a ideologia a seguir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A sua é ao contrário, Sr. Deputado.

Protestos do PS.

Depois, o Sr. Deputado insistiu com a ativação da capacidade adicional do Dispositivo Especial de Emergência Pré-Hospitalar. Eu já tinha respondido ao Sr. Deputado Pedro Pinto, mas o Sr. Deputado tinha a pergunta já pré-concebida e, portanto, ignorou a resposta. Mas eu vou, com muita tranquilidade, responder-lhe, Sr. Deputado. Esse protocolo foi estabelecido para a utilização de até 100 ambulâncias em todo o território nacional. Mas, com o decorrer do ano e com o avanço deste pico de necessidade...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Pico?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... por altura do final do ano de 2025 e do início do ano de 2026, houve a conclusão de que essa capacidade adicional era necessária em alguns hospitais e áreas geográficas específicas, em particular em Lisboa e em Setúbal, na Margem Sul, e nesses locais a capacidade está esgotada.

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — É mentira! É mentira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Está esgotada, Sr. Deputado. Está esgotada.

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — É mentira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Toda a capacidade que estava disponível foi utilizada.

Protestos do PS.

Portanto, Sr. Deputado, é falso aquilo que diz.

Relativamente ao INEM, ao sistema de emergência, não quero acreditar que o Sr. Deputado José Luís Carneiro, com aquilo que aqui disse, queria dizer que o sistema funcionava em pleno. Bom, isso vou até deixar e remeter para o Parlamento, porque iniciaram-se os trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito que vai precisamente apurar o trabalho e a eficiência do Instituto Nacional de Emergência Médica.

O que lhe vou dizer é que, da parte do Governo, há várias alterações que estão, neste momento, a ser implementadas. Estamos a trabalhar na revisão da lei orgânica do INEM, estamos a modernizar o CODU (Centros de Orientação de Doentes Urgentes), estamos a alterar, é verdade, o sistema de triagem,...

Protestos do PS.

... não retirando a capacidade de resposta. Hoje todas as chamadas são atendidas, não há incapacidade de atendimento das chamadas para o sistema de emergência.

Protestos do PS.

Estamos, portanto, a definir novas metas e objetivos em termos do sistema. E estamos também a dotá-lo de mais meios. O Sr. Deputado também ignorou o que, há pouco, deixei aqui claro: o maior investimento de sempre. Nós vamos investir agora o correspondente ao quádruplo daquele que foi o investimento nos oito anos em que os senhores estiveram a governar Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Nós vamos investir em 275 novos veículos, Sr. Deputado. E, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Pedro Pinto há pouco, não foi pelos episódios infelizes, trágicos, dos últimos dias — porque uma decisão destas não se consegue esboçar e materializar em horas. Isto foi preparado durante meses.

Protestos do PS.

Este é, aliás, o exemplo de que as coisas estão a acontecer.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Ontem tomámos esta decisão, como hoje tomámos a decisão do reforço da chamada «oferta de camas sociais», que são para pessoas que estão nos hospitais porque não têm condições para de lá sair, nem têm ninguém para as acolher. Estamos a utilizar a disponibilidade, nomeadamente do setor social, porque, com essa disponibilidade, os hospitais também terão maior capacidade para poder acomodar as pessoas que entram pelas urgências e, com essa maior capacidade, as macas das ambulâncias podem retomar o seu trabalho normal e regular.

Sr. Deputado, nós estamos a fazer todo esse esforço. As ideias que o Partido Socialista tem,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estão aqui! Eu tenho aqui o documento!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... nós, naturalmente, estamos aqui para as apreciar, mas não estamos para decidir em função das ideias do Partido Socialista. Isso era quando o Partido Socialista governava, e os resultados nós já sabemos quais foram, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado tem de ter a humildade democrática...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Humildade?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... de contribuir com as suas ideias, mas deixar o Governo decidir aquilo que lhe compete, e é isso que o Governo está a fazer: a decidir aquilo que lhe compete, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Luís Carneiro, tem a palavra.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro falou de ideologia, eu vou falar-lhe de pessoas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É ao contrário! É ao contrário!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Ontem mesmo, recebi uma informação do avô da Leonor, que é uma menina que tem 10 anos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não se pode dizer o nome!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... utente do Hospital Beatriz Ângelo, em Loures, que necessita de uma intervenção cirúrgica de otorrinolaringologia, e cujos pais trabalham em Lisboa.

O Sr. Primeiro-Ministro quer saber para onde é que o Serviço Nacional de Saúde mandou esta família, para que a filha de 10 anos pudesse fazer a sua intervenção cirúrgica? Mandou-a para Lousada ou para uma unidade de um hospital de Famalicão. Sr. Primeiro-Ministro, são mais de 300 km. É uma família tem de deixar de trabalhar para que a filha possa ter os cuidados de saúde.

Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.

Sabe qual foi o resultado, Sr. Primeiro-Ministro? O resultado foi que esta menina, a Leonor, e a sua família comunicaram que não podiam aceitar a proposta que lhe foi feita. Menos uma na lista de espera, mas menos uma pessoa que não teve atendimento. É assim que pretende responder às listas de espera, Sr. Primeiro-Ministro?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado colocou a questão, foi audível, todo o Parlamento ouviu a questão, todo o Parlamento deve ouvir agora a resposta do Sr. Primeiro-Ministro, ainda que não vá ao agrado de muitos dos Srs. Deputados, o que é normal em democracia. Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Luís Carneiro, eu não conheço o caso concreto, mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que antecipo que talvez, noutros tempos, nem houvesse resposta, nem capacidade de agendamento da respetiva intervenção. Antecipo.

Vozes do PSD: — Ora!

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ou também antecipo que o hospital em causa, nem de propósito, é um hospital que já funcionou em regime de PPP (parceria público-privada),...

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com resultados, quer financeiros quer operacionais, bem mais positivos do que aqueles que nos foram legados depois de o Sr. Deputado e o seu Governo, precisamente com a cisma ideológica que norteou a vossa política de saúde, terem terminado com esse modelo de gestão.

Protestos do PS.

Portanto, Sr. Deputado, solicitando-lhe que possa acalmar os Deputados mais exuberantes da sua bancada,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São uns arruaceiros!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... deixe-me dizer-lhe que nós podemos olhar para todos os casos concretos, porque é resolvendo casos concretos que damos a Portugal maior capacidade de resposta às necessidades de saúde da nossa população. Mas temos de saber interpretar as soluções que somos capazes de dar, quando somos capazes de as dar, e temos de as procurar efetivar de forma mais ágil.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Era em 60 dias!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu não tenho dúvidas, Sr. Deputado, de que a nossa capacidade de resposta hoje é melhor do que aquela que havia há um ano e é muito melhor do que aquela que havia há dois anos, quando os senhores deixaram de governar Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Luís Carneiro, tem a palavra.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, fica claro que não há resposta e que não reconhece, com humildade democrática, as falhas que estão a afetar um dos setores vitais da vida da sociedade portuguesa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Começou por aí!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, como podem confiar os portugueses na palavra do Governo se as políticas com que avançou para a área da habitação...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Podia dizer o que quisesse, Sr. Primeiro-Ministro, está no papel, já vem escrito...!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... são responsáveis pelo aumento dos custos com habitação em 27 %, o País da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) em que os custos com habitação mais aumentaram ao longo destes últimos meses? O anunciado apoio aos jovens foi completamente absorvido pela subida do preço das casas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Meu Deus!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Há que avaliar região a região para tirar esta ilação.

Sr. Primeiro-Ministro, o Governo está a falhar em toda a linha na política de habitação. Amanhã haverá um importante debate neste Parlamento sobre a política de habitação, a OCDE veio dar razão às propostas que o PS apresentou esta semana,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Outra vez aumento de impostos!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... e a pergunta que lhe faço é esta: está disponível para aprovar as propostas que o PS apresentou em relação à política de habitação? É a pergunta que lhe deixo, e peço que seja claro na sua resposta, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Luís Carneiro, o Sr. Deputado vive obcecado com a posição do Governo face às suas propostas, mas eu acho que era muito melhor saber qual é a posição do Partido Socialista face às propostas do Governo.

Vozes do PS: — Mais?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É que o Governo já apresentou dois pacotes de medidas sobre habitação, e o Partido Socialista fica sempre de lado.

Protestos do PS.

Sr. Deputado, amanhã, no debate, os partidos políticos que apoiam o Governo vão intervir...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E o Governo também!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e vão colaborar, seguramente, para a profundidade do debate e para aproveitar aquilo que é aproveitável nas ideias do Partido Socialista.

Há uma coisa que não posso deixar em claro. Ó Sr. Deputado, acredita mesmo que o aumento do preço das habitações em Portugal se deve às medidas, entretanto, tomadas por este Governo? O Sr. Deputado acha mesmo que ele é o reflexo das medidas?

Protestos do PS.

Olhe, é que se o Sr. Deputado acha isso, sinceramente, está mesmo explicado o fracasso da política da habitação nos últimos anos em Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Luís Carneiro, tem a palavra.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu aconselho o Sr. Primeiro-Ministro a ler o relatório da OCDE,...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu leio!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... porque chegará às mesmas conclusões a que chegou o Partido Socialista.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Muito bem!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro garantiu aqui, na Assembleia da República, por altura da discussão do Orçamento do Estado, que em circunstância alguma aumentaria os impostos. Já sabemos que 24 horas depois aumentou o imposto sobre os produtos petrolíferos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É falso!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Mas também viemos a descobrir que entre o Natal e o Ano Novo decidiu aumentar o IMI (imposto municipal sobre imóveis) sobre os custos da habitação de todos os portugueses.

Sr. Primeiro-Ministro, até novembro deste ano, o aumento da receita de impostos tinha sido superior a 4100 milhões de euros. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, o que lhe pergunto é como é que é possível confiar na palavra do Governo, se apenas num mês aumentou por duas vezes os impostos aos portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares quer usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, para pedir a distribuição de um documento, Sr. Presidente.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Então, faça favor. Qual é o documento para distribuir?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, eu solicitava à Mesa que pudesse distribuir à bancada do Partido Socialista a Constituição da República Portuguesa, na qual...

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, não vamos por aí.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos, vamos!

O Sr. **Presidente**: — Não, não vamos por aí, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dizia eu, a Constituição da República Portuguesa, na qual...

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se é só para distribuir a Constituição da República Portuguesa e nada mais, não é preciso o Sr. Deputado...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Presidente sabe que para distribuir um documento tem de se fazer a justificação do pedido de distribuição.

O Sr. **Presidente**: — É um documento, Sr. Deputado...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A justificação do pedido de distribuição da Constituição da República Portuguesa é para dizer ao Sr. Deputado José Luís Carneiro que as matérias fiscais devem ser decididas na Assembleia da República.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vou ter de lhe tirar a palavra!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pergunto ao Sr. Deputado José Luís Carneiro quando é que a Assembleia da República aumentou...

O Sr. **Presidente**: — Vou ter de lhe cortar a palavra.

Neste momento, o microfone do orador foi desligado.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS e de Deputados do CH.

Peço que a lealdade parlamentar, que tem a ver com o uso das figuras regimentais para o fim a que se destinam, seja respeitada, porque, senão, torna-se muito difícil a boa gestão dos trabalhos e confunde-se as pessoas relativamente àquilo que é o debate democrático. Portanto, peço que não haja situações desta natureza.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Nem o artigo sabia dizer! Ao menos dizia o artigo!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Luís Carneiro, o Sr. Deputado sabe que nós sabemos todos que o Sr. Deputado sabe que houve dois Orçamentos aprovados, no âmbito deste e do anterior Governo, que aumentaram zero impostos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E aprovados pelo PS!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não houve nenhum aumento de impostos desde a aprovação do Orçamento para 2026. Nem aumentámos o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos), nem aumentámos o IMI. No caso do IMI, o que houve foi uma atualização dos custos de construção, do metro quadrado,...

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que, aliás, corresponde àquilo que o Sr. Deputado anotou relativamente ao mercado da habitação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, verifiquei que o debate não estava a correr bem e o Governo entendeu esgotar o seu tempo para não responder às questões que vou colocar. Mas não deixarei de as colocar!

Protestos do PSD.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não ficam sem resposta!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Primeiro-Ministro, no dia 16 de dezembro, a Sr.^a Ministra da Administração Interna disse, no Parlamento, que era contra a fragilização dos mecanismos de controlo aeroportuário.

Ora, ficámos a saber que o Governo não preparou o seu plano de contingência para o período mais crítico do Natal e do Ano Novo, pelo que quero fazer-lhe uma pergunta, Sr. Primeiro-Ministro. É que só há alguém que manda mais do que a Ministra da Administração Interna: é o Primeiro-Ministro!

A pergunta é clara: foi o Sr. Primeiro-Ministro que deu orientações para diminuir os níveis de controlo aeroportuário, no período entre o Natal e o Ano Novo, ou foi uma decisão tomada pela Sr.^a Ministra da Administração Interna?

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, quero ainda chamar-lhe a atenção para o seguinte: o PS no Governo, como todos bem sabem,...

Vozes do CH: — Não fez nada!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... nunca foi conivente com o regime de Nicolás Maduro.

Protestos de Deputados do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

Aliás, estivemos entre os principais países europeus a denunciar a ilegitimidade política do regime de Maduro, mas, para mim, é muito claro: hoje, o Sr. Primeiro-Ministro...

Continuação de protestos de Deputados do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, peço desculpa, estou a interrompê-lo para pedir que se criem condições para ser audível.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Sócrates, no Peru!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Deputado tem de ter condições para continuar. Faça favor.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Basta recuperar a memória histórica...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — José Sócrates!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... para saber que o PS, no Governo, esteve no reconhecimento da posição da União Europeia, e foi mesmo Portugal que, na Venezuela, respondeu perante o Governo de Maduro...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ai, o Sócrates!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — O Sócrates! Não digas mais nada!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... e a União Europeia, como um País que procurou encontrar uma solução pacífica e duradoura para o país, olhando para a ilegitimidade do regime de Maduro, sempre com uma única preocupação: a proteção dos portugueses na Venezuela, que deve continuar a ser assegurada por parte do Estado português.

Aplausos do PS.

Mas há algo, Sr. Primeiro-Ministro, que fica claro, hoje, da sua intervenção. O Sr. Primeiro-Ministro, na América Latina, afirmou, e bem, a defesa do princípio do direito internacional, do multilateralismo e da Carta das Nações Unidas. Lamento que não tenha sido claro a condenar a intervenção militar na Venezuela que, está a ver-se, não resolverá de forma estrutural o problema da democracia naquele país.

Aplausos do PS.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Chama o Sócrates!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, espero e desejo — porque esperamos que seja bem-sucedida e contará, nesse esforço, com todo o Partido Socialista — que esta posição que foi adotada,

uma posição mitigada da parte do Estado português, não prejudique a candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Contará com o PS para todos os esforços necessários para garantir esse objetivo e para continuar a proteger a comunidade portuguesa na Venezuela.

Aplausos, de pé, do PS.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Leitão, aproveito para anunciar, à Câmara, que estão a assistir aos nossos trabalhos alunos e professores do Colégio Valsassina; alunos e professores do Externato João Alberto Faria, de Arruda dos Vinhos; alunos e professores do Colégio do Ave, de Guimarães; alunos e professores da Escola Internacional de Torres Vedras; alunos e professores do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral, de Sobral de Monte Agraço; e a Direção da Associação Portuguesa de Paramiloidose, que estão presentes nas diversas galerias.

Aplausos gerais.

Agora, dou a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Leitão, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vou voltar ao tema da saúde, porque não se trata só de uma questão de insensibilidade ou incompetência, trata-se de um completo alheamento da realidade.

Aquilo a que estamos a assistir é uma emergência dentro da emergência. Portanto, é importante falar das vidas que se perderam devido a tempos de espera que ultrapassam todos os limites aceitáveis e de um sistema de emergência que, em vez de os proteger, expõe as pessoas ao risco. E quando essa rutura se estende à emergência médica pré-hospitalar, o Estado falha na sua missão mais básica, que é chegar a tempo para salvar vidas.

Nas últimas horas, soubemos que morreu uma pessoa em Sesimbra e outra em Tavira, por falta de socorro. Ontem, um homem morreu no Seixal, após esperar quase três horas pelo socorro do INEM. Três horas, Sr. Primeiro-Ministro! Em que país, em que realidade, é que podemos considerar isso aceitável, Sr. Primeiro-Ministro?

Isto não pode ser tratado, como o Sr. Primeiro-Ministro já disse, como um pico sazonal ou um problema conjectural. Isto não pode ser normalizado, Sr. Primeiro-Ministro. Seja culpa do INEM, seja culpa da ULS (unidade local de saúde), uma coisa é certa: o sistema de saúde está em colapso, o Estado está em colapso, e a responsabilidade política só pode ser atribuída ao Governo e ao Ministério da Saúde. E deixar que estes eventos passem sem consequências políticas claras é uma afronta aos portugueses que depositam no Estado a sua proteção mais básica: a da vida.

Sr. Primeiro-Ministro, quero aqui relembrar as palavras da Sr.^a Ministra da Saúde, em 2024: «Não fujo, não minto e não me escondo. Assumo total responsabilidade pelo que correu menos bem e comprometemo-nos a implementar as medidas necessárias para restaurar o INEM.» A Sr.^a Ministra Ana Paula Martins disse ainda que o assunto do INEM era de tal forma importante, urgente e prioritário, que iria dedicar mais de 70 % dos seus dias a resolver os seus problemas. Sr. Primeiro-Ministro, passaram 422 dias desde esta afirmação da Sr.^a Ministra. Ora, 70 % disto representam 295 dias.

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O que é que andou a Sr.^a Ministra da Saúde a fazer durante 295 dias, Sr. Primeiro-Ministro?

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi passear, quer ver?!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Mas não ficamos por aqui. Em todo o País, a saúde está em rutura permanente: filas que não andam, corredores cheios, doentes à espera horas a fio e sem resposta clínica. Nas últimas semanas, os tempos de espera em urgências hospitalares voltaram a bater recordes: Amadora-Sintra, 14 horas; Beatriz Ângelo, 11 horas; hospital de Évora, 12 horas; Garcia de Orta, 10 horas. Ou seja, doentes numa urgência aguardaram mais de 12, 13 e até mesmo 14 horas pela primeira observação, alguns em situações em que a triagem clínica recomenda atendimento imediato ou em poucos minutos. Na saúde, cada hora de espera tem consequências, cada falha pode ser irreversível.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, gostava mesmo que este debate nos deixasse de alguma forma mais tranquilos, mas confesso que estou chocada com a sua postura. Vem fazer um discurso de estabilidade, quando morreram três pessoas. Vem aqui anunciar ambulâncias, que sabemos que já podiam ter sido contratualizadas, hospitais cujos concursos o Sr. Primeiro-Ministro já anunciou umas quantas vezes!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade! Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, se não vai demitir a ministra, se não vai refundar o INEM, se não vai reformar o SNS, o que é que o Sr. Primeiro-Ministro vai fazer?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, creio que a Sr.^a Deputada — não quero fazer juízos de valor, não vou dizer que foi intencionalmente — não quis compreender aquilo que eu já disse, a propósito da situação do nosso Serviço Nacional de Saúde e daquilo que andamos efetivamente a fazer para o transformar e para o dotar de maior capacidade de resposta.

Sr.^a Deputada, ninguém diz que está tudo bem, mas é mesmo incorreto dizer que o Serviço Nacional de Saúde está em colapso, como é incorreto dizer, como a Sr.^a Deputada acabou agora mesmo de dizer, que ele está a colapsar um pouco por todo o País.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É só na Margem Sul!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É exatamente o contrário. Ele funciona, e funciona com inegável capacidade de resposta e reconhecimento das portuguesas e dos portugueses, de forma largamente maioritária, um pouco por todo o País.

Protestos da IL e de Deputados do CH.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Vá dizer isso às famílias dos que morreram!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isto não significa que não haja constrangimentos e não significa que qualquer constrangimento não mereça a nossa preocupação e a nossa motivação para o ultrapassar. São duas coisas diferentes, Sr.^a Deputada.

Ninguém está aqui a dizer que vivemos num país das maravilhas, mas também ninguém está aqui a dizer que vivemos num país absolutamente caótico, porque isso é mentira, Sr.^a Deputada! E a Sr.^a Deputada, num exercício de responsabilidade e até de contribuição para a solução, devia adotar uma postura mais moderada, mais equilibrada, e, sinceramente, não é isso que está a fazer.

Sr.^a Deputada, temos uma reforma no sistema de emergência médica que está em curso. Eu já o disse, mas vou repetir. Estamos a preparar uma lei orgânica nova. Tivemos uma comissão técnica independente que esteve a estudar as várias soluções para os vários constrangimentos do sistema.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Nomeadamente?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Temos, hoje, uma capacidade de resposta, por exemplo, de atendimento de chamadas, que é muito maior. O INEM atende cerca de 5070 chamadas por dia. A grande maioria destas chamadas tem um atendimento em 2, 3 segundos. A média de atendimento é de cerca de 29 segundos, Sr.^a Deputada.

Claro que, dir-me-á, «mas houve um caso aqui que foi trágico». É verdade, não estamos aqui para ignorar isso.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Três, foram três!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que não podemos fazer é generalizar. Não é assim que acontece, de forma absolutamente trágica, Sr.^a Deputada. Não é assim que acontece. Isto não significa menosprezar esse acontecimento, não é isso que quero dizer, Sr.^a Deputada. O que não vale é fazer uma diabolização da situação, de maneira a incutir uma inquietude, uma desconfiança que, sinceramente, os portugueses, que todos os dias vão a um centro de saúde, que todos os dias vão a um hospital e, até lhe digo mais, todos os dias vão a um serviço de urgência, não sentem.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Como é possível dizer isso?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Deputada, vou arriscar dizer-lhe uma coisa. Eu sei que, para quem passa horas para ser atendido num serviço de urgência, não há explicação nenhuma que possa tranquilizá-los a eles e às suas famílias.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Então, façam alguma coisa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas não se esqueça que, ao mesmo tempo que há muitos portugueses que, infelizmente, são confrontados com essa falta de resposta — por constrangimentos vários que vão desde os recursos humanos à capacidade de gestão, à capacidade do sistema, que estamos a melhorar e a mudar —, há milhares e milhares de portugueses a quem, felizmente, isso não acontece, Sr.^a Deputada. E eu conheço muitos! A Sr.^a Deputada não conhece? A Sr.^a Deputada não fala com pessoas, não tem familiares, não tem amigos, que vão às 168 urgências que estão abertas e que são atendidos, e que são bem atendidos, e que saem do hospital e agradecem os cuidados de saúde que lhes foram prestados?

Aplausos do PSD.

Protestos da IL.

Olhe, a Sr.^a Deputada não ouviu um Deputado proeminente, que agora é candidato a Presidente da República, dizer que, quando teve necessidade, foi atendido e, depois, veio até enfaticamente dizer que tinha sido muito bem atendido?

Protestos do CH e da IL.

É isso que acontece, felizmente, à grande maioria dos portugueses, Sr.^a Deputada. É isso!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Agora, Sr.^a Deputada, revisão da lei orgânica, modernização do CODU, alteração do sistema de triagem, definição de novos níveis de resposta, viaturas — sim, novos meios, viaturas como não houve nos últimos anos —, protocolos de atuação clínica, serviços adicionais para picos de pressão, telemetria, geolocalização

dos meios, maior otimização dos recursos disponíveis: é isso que estamos a fazer no INEM e é isso que está a dar maior capacidade de resposta ao INEM, Sr.^a Deputada!

Aplausos do PSD.

E é isso que vamos continuar a fazer, com sentido de responsabilidade e com confiança. Quero que isso seja entendido com serenidade pelo povo português. Isto não diminui em nada, mesmo, a nossa preocupação com um caso que seja, que tenha uma consequência trágica no atendimento.

Mas, Sr.^a Deputada, se nós não confiamos naquilo que estamos a fazer e no resultado que estamos a começar a obter, sabe o que é que vai acontecer? Não sei quantos anos é que a Sr.^a Deputada vai andar por aqui, não sei quantos anos vai estar sentada nessa bancada, ou noutra qualquer, mas sei uma coisa: sei que, se não mudar de postura e se não acreditar que somos mesmo capazes de atingir outros resultados, daqui a muitos anos, a Sr.^a Deputada está a dizer as mesmas coisas, qualquer que seja a realidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Igual ao PCP!

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, para continuar as perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, se fosse a si, preocupava-me menos com a minha postura e as minhas decisões e preocupava-me mais com as suas decisões e como governar o país.

Aplausos da IL.

A única coisa que o Sr. Primeiro-Ministro sabe aqui fazer é falar da minha postura enquanto Presidente da Iniciativa Liberal. Eu recomendava-lhe, se calhar, outra estratégia, outra abordagem, e começar, de facto, a falar dos problemas do País, que os senhores, manifestamente, não conseguem resolver, repito, não conseguem resolver! É notório!

Aplausos da IL.

E, a seguir, vá dizer às pessoas que estão horas à espera no Serviço Nacional de Saúde, numa urgência, que há outras a serem atendidas num sítio qualquer.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois é! É verdade!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Que credibilidade é que isto tem, Sr. Primeiro-Ministro, para quem veio dizer, há um ano e tal atrás, que vinha resolver os problemas todos do País?

Vamos ser sérios, Sr. Primeiro-Ministro! Não há dúvida nenhuma, isto é um sistema inteiro a falhar. É falhar na resposta, na governação, mas também na transparência. Veja-se ainda agora os diplomas que foram devolvidos pelo Sr. Presidente da República, diplomas que os senhores dizem que são estruturais, mas que ninguém conhece, ninguém sabe o que lá está, e que agora vão ter de refazer — mais uma oportunidade perdida, mais tempo adiado.

O Governo — ainda hoje falou nisso — diz que quer abrir o sistema, anuncia parcerias público-privadas em hospitais, centros de saúde, fala em complementaridade e, depois, nada se vê! Os concursos não abrem, ficam meses por abrir, e o sistema de convencionados, esse também está a colapsar, não há dúvida nenhuma! Os hospitais e clínicas privados já nem sequer recebem os doentes do SNS, porque o Estado não paga a tempo e não paga de forma adequada. O que é que acontece? Os mais vulneráveis ficam sem alternativa.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a Iniciativa Liberal, de forma muito séria, anda há anos a alertar que o SNS precisa de uma reforma profunda, estrutural e corajosa. Avisámos há anos que insistir neste modelo fechado, rígido e incapaz de mobilizar os recursos todos conduziria à rutura.

Acusam-nos sistematicamente de radicalismo, quando aquilo que defendemos é uma reforma num setor essencial para todas as pessoas, Sr. Primeiro-Ministro. Hoje os factos dão-nos razão. Não vale a pena vir com desculpas! Os factos dão-nos razão.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, não agir, não reformar e adiar sistematicamente mudanças estruturais é, em si mesmo, uma decisão política. Manter a ministra em funções depois destes sucessivos alertas, planos falhados, é uma decisão política sua.

Por isso, admite, Sr. Primeiro-Ministro, que manter a Ministra da Saúde em funções é um erro político grave? E admite, também, que a ausência de decisão, a recusa em reformar e o adiamento sistemático das mudanças fazem de si o principal responsável pelo colapso dos serviços de emergência?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, deixe-me dizer-lhe, com toda a franqueza: não me leve a mal, mas a sua postura política não é nada mesmo a minha prioridade. Não é! Que isso fique muito claro.

Protestos do PS e da IL.

Evidentemente que a sua postura política e o seu conteúdo não são imunes à dialética e ao debate, e eu tenho todo o direito, acho eu, de me pronunciar também sobre isso, porque isso também tem substância política, mas não é a minha prioridade. A prioridade é mesmo resolver os problemas dos portugueses e é nisso que estamos concentrados, Sr.^a Deputada.

Agora, deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada, para responder à sua questão, que foi verdadeiramente aquela que colocou, o resto foi o tal chorrilho de críticas habitual e repetitivo: Sr.^a Deputada Mariana Leitão, a demissão não é solução.

Protestos do Deputado do PS João Botelho.

Portanto, estamos aqui para continuar firmemente, com resistência e resiliência, a transformar para obter resultado. É...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias: A todos desejo um bom ano e quero associar-me aos votos de pesar pelas perdas de vidas dos nossos concidadãos, cujas famílias ficaram enlutadas, tiveram o pior início de ano possível, e isso não foi por um azar do destino, foi por não haver resposta de governança, de administração, que lhes permitisse ter aquilo com que contam os habitantes de um país da OCDE, da União Europeia, com um Serviço Nacional de Saúde que nós sabemos que, nos momentos em que tem todos os recursos, dá as melhores respostas do mundo, como deu na altura da pandemia e da vacinação. A esses cidadãos, essas respostas não foram dadas.

Portanto, esses cidadãos têm de ter uma resposta e não pode ser a resposta que o Sr. Primeiro-Ministro dá aqui, fazendo notar que, em não sei quantos casos avaliados, uns foram arquivados pelo Ministério Público e apenas um pode ter a ver com a questão das ambulâncias. O Serviço Nacional de Saúde dá resposta, e bem — porque isso são os mínimos —, a milhões de cidadãos todos os dias, se necessário for, ou a milhões de pessoas que o consultam em vários atos médicos, sendo as respostas, em geral, rápidas. Mas os nossos concidadãos não podem ficar sujeitos a um jogo de azar, em que seja a eles ou a elas que estes tempos de espera de 60 minutos, de 2 horas ou mais, lhes vão calhar, acabando por ter um final trágico.

O Sr. Primeiro-Ministro diz que a resposta não é a demissão. Então, a pergunta clara é: de quem considera que é a responsabilidade política? De quem considera que é a responsabilidade política por não terem sido ativados os protocolos que têm a ver com o transporte de emergência médica no inverno? De quem é a responsabilidade política por ficarem dezenas de ambulâncias paradas, no mesmo dia, por faltarem macas? De quem é a responsabilidade política? Quem dá a cara perante estes nossos concidadãos?

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Se não é da Ministra da Saúde, a responsabilidade política é sua, Sr. Primeiro-Ministro?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, evidentemente que as considerações que fomos fazendo ao longo deste debate não eliminam o apuramento de responsabilidades, todas elas — responsabilidades operacionais, responsabilidades políticas, e já lá irei —, seja em que circunstância for, para podermos ter a certeza sobre a causalidade das ocorrências.

Nós temos de ter a certeza, e o Sr. Deputado não pode, enfim, poder pode, mas não deve, se me permitir corrigir, pronunciar-se sobre decisões de inspeções gerais, ou mesmo do Ministério Público, como se não tivessem importância nenhuma. Não, Sr. Deputado. Essas diligências investigatórias visaram, precisamente, apurar o nexo de causalidade entre determinado episódio, ocorrência, capacidade de resposta dos serviços e aquilo que foi o desfecho.

Sr. Deputado, a grande verdade é que, muitas vezes, face às ondas noticiosas que se criam, nós criamos uma ideia que depois não é comprovada efetivamente. Foi apenas isso que eu quis dizer. Não quis diminuir, nem quero, em nada, nem o sofrimento das pessoas, nem a intranquilidade que estes casos causam em todos os outros que, como o Sr. Deputado diz e bem, podem pensar que um dia lhes pode acontecer. Com certeza, Sr. Deputado.

Agora, responsabilidade política, a primeira é minha, com certeza. A responsabilidade política da administração é do Governo, é minha, é dos membros que eu escolho para estarem no Governo. E, depois, é de cada um que tem tarefas a nível da administração e a nível daqueles que colaboram na prestação dos serviços.

Mas não sei qual é a dificuldade, Sr. Deputado, nem sei qual é o objetivo que o Sr. Deputado tem com essa pergunta. É o de querer atribuir uma responsabilidade? Eu cá estou para assumir a responsabilidade toda, Sr. Deputado, sempre, toda, eu e qualquer membro do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Tavares tem a palavra, para continuar a fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, o objetivo é mesmo esse, é que assuma a responsabilidade política, senão, a conclusão é óbvia: a Sr.^a Ministra da Saúde só se mantém porque é o melhor para-raios

possível para o Sr. Primeiro-Ministro, uma vez que já não resolve nada e serve apenas para que lhe sejam atribuídas todas as culpas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tenha vergonha, pá!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O objetivo é, também, Sr. Primeiro-Ministro, tirá-lo do seu estado de negação, que, aliás, é um estado de negação tão insólito, que talvez este debate o consiga fazer notar o seguinte: estes devem ser o único Parlamento e o único País do mundo em que, num momento em que o mundo está como está, a ferro e fogo, em que o sistema internacional está de pantanas, em que há países, que antes eram nossos aliados, que procuram invadir outros, não se fala desta situação internacional, porque a sua governação consegue ser ainda mais caótica.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Ou seja, só num país em que o Serviço Nacional de Saúde não desse a resposta...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tem vergonha!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Deputado Hugo Soares, veremos! É que, até agora, toda a gente teve de falar daquilo que está mais próximo, que são os nossos concidadãos. O Sr. Primeiro-Ministro fala de Setúbal, de um distrito que está a 5 km em linha reta de onde estamos, como se fosse um território ultramarino, em que é preciso mandar para lá não se sabe que tipo de contingente.

Pois bem, o problema de Setúbal é que o hospital do Seixal ainda não saiu do papel. O problema de Setúbal é que as casas já eram caras e estão ainda mais caras. O problema é que esta área metropolitana não está sequer vivível e, portanto, há menos médicos, há menos enfermeiros.

Isso até nos pode levar a perguntar se, finalmente, o Sr. Primeiro-Ministro sairá do estado de negação também em relação às questões da habitação. É que, desde a OCDE à Comissão Europeia, toda a gente diz que as suas regras sobre o alojamento local e as suas regras sobre a fiscalidade na habitação agravaram o problema.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sabe do que é que falam lá fora?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aqui não é possível dizer «não se consegue resolver tudo num dia». A questão é que, dia a dia, com o seu Governo, tudo isto piora.

Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, quando irá encarar a realidade e perceber que, num país que está assim, essa responsabilidade política tem de ser assumida de uma só forma: inversão de políticas agora, senão, será o deslaçar do seu Governo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, o Sr. Primeiro-Ministro tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, é muito interessante a questão que coloca. Tenho feito um esforço, em várias intervenções, por tentar sustentar que um país que se preocupa com a coesão territorial não é apenas um país que se preocupa com os territórios de mais baixa densidade populacional. A coesão territorial implica também que nos preocupemos com os territórios de mais alta densidade populacional, em particular com as áreas metropolitanas.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Foi na base desse princípio que, em particular, na política de habitação, que mencionou, construímos um conjunto de incentivos para aumentar a oferta de habitação para arrendamento e para aquisição...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Como é que está a correr?! Está a correr bem?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que fosse compaginável com os custos que o mercado tem, para que os destinatários da nossa política, nomeadamente fiscal, pudessem usufruir do seu resultado.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Como é que isso está a correr?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso é o que está a acontecer!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, quando dissemos que temos de intervir para que haja incentivos, para que haja mais casas no mercado de arrendamento, disponibilizadas a 400 €, a 500 €, mas também a 800 €, a 900 €, a 1000 €, e fomos até 2300 €;...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Toda a gente pode pagar!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... quando dissemos que é preciso construir mais casas para ter maior oferta e quando há benefícios fiscais, um regime fiscal mais favorável para quem construir e colocar no mercado casas dentro deste segmento — sabíamos que tinha um limite mínimo, mas também tinha um limite máximo, que é o limite que integra, nomeadamente, a Área Metropolitana de Lisboa —, os Srs. Deputados pegaram nas bandeirinhas e disseram: estes senhores só estão a pensar em quem tem mais altos rendimentos, estes senhores só querem privilegiar quem tem mais altos rendimentos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Isso é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, Sr. Deputado. Sabe porquê? Porque, para haver mais médicos em Lisboa, para haver mais professores em Lisboa, para haver mais polícias em Lisboa, como tenho dito, é preciso que haja também medidas que sejam de discriminação positiva para a Área Metropolitana de Lisboa.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Oh! É, é!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas o Sr. Deputado não pode dar uma no cravo e outra na ferradura. O Sr. Deputado tem de ser consequente. O Sr. Deputado quer resolver o problema da habitação em Lisboa? Então, esteja disponível para assumir que temos de compaginar as nossas soluções com a realidade da Área Metropolitana de Lisboa. É isso que estamos a fazer, Sr. Deputado, com medidas do lado da oferta e do lado da procura.

Agora vamos lançar um terceiro pacote, com medidas que são de natureza jurídica, para termos instrumentos jurídicos que também favoreçam maior oferta no mercado, porque só maior oferta trará a redução do preço.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, para continuar a fazer perguntas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o problema é que essas casas não estão aqui connosco, nem nesta Sala, nem neste País. Os preços das casas em Portugal são os que mais aumentaram na Europa. O diferencial entre salário médio e rendas de casa em Portugal é o mais alto da Europa.

O Sr. Primeiro-Ministro parece que quer que os portugueses paguem a renda com mentalidade Ronaldo, quer que os portugueses comprem a casa com mentalidade Ronaldo. Sr. Primeiro-Ministro, não há mentalidade Ronaldo que compre estas casas ou pague estas rendas. Só há salários do Ronaldo, e esses vêm, se calhar, das Arábias.

Portanto, a pergunta que lhe faço, em termos de fiscalidade, é se está disposto a penalizar fiscalmente a compra de casas a pronto por não contribuintes e não residentes que compram casas a 2 ou 3 milhões de euros e que fazem encarecer o custo das casas que — aí sim! — tornam os nossos bairros completamente irreconhecíveis. Onde antes havia casas que se podiam comprar, agora há casas de milhões, a que ninguém pode chegar.

Aplausos do L.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Mentalidade Karl Marx!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, vejo, portanto, que vai aprovar a nossa proposta de, nesses casos, terem um aumento do IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis). É exatamente nesse sentido,...

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

... a nossa, a nossa!

Agora, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe, não fica sem resposta. Sim, nós queremos uma mentalidade Ronaldo, que é a mentalidade de aproveitarmos o potencial, o talento, que temos em Portugal, para sermos mais produtivos, para sermos mais competitivos, para criarmos mais riqueza...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e para podermos, com essa riqueza, distribuí-la melhor, podendo ter melhores serviços públicos, e podendo ter, de facto, maior capacidade económica, melhores salários em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer que é de um enorme paternalismo inferir do seu discurso que os portugueses não têm uma mentalidade suficientemente ambiciosa e audaz.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Disse exatamente o contrário!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não têm é os recursos necessários para isso. E, se o seu conselho é esse, talvez deva o Sr. Primeiro-Ministro começar por olhar, ser ambicioso e corajoso e estar do lado do direito internacional...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para questionar o Governo, dou agora a palavra ao Sr. Paulo Raimundo, do PCP.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, como afirmámos já muitas vezes nestes debates, para nós, o seu Governo é um Governo ao serviço do negócio e de tudo faz negócio: é na habitação, é na educação, é na segurança social, é no património.

Vamos ver como se comporta o acionista Estado nesta negociata entre a Cepsa (Companhia Espanhola de Petróleos, S.A.U.) e a GALP, mas talvez aquilo onde seja mais evidente esta opção e que prejudica de forma mais clara é a venda da saúde ao negócio da doença. Urgências e maternidades fechadas, consultas atrasadas, o INEM no estado em que está, o socorro no estado em que está, e que foi aqui já amplamente debatido hoje, tudo se vai agravando, com as consequências desastrosas e trágicas que estão à vista, e tudo se vai agravando por opção política, e permita-me que lhe diga, ideológica. Não é da Sr.^a Ministra, é do seu Governo, da sua opção política, e bem fez o Sr. Primeiro-Ministro em responsabilizar-se por essa opção.

Sr. Primeiro-Ministro, fez aqui um conjunto de anúncios. Mas permita-me dar-lhe este conselho: as ambulâncias não andam sozinhas, é preciso gente para as transportar, é preciso técnicos para as operar. E a pergunta que lhe faço é a seguinte: o que é preciso mais acontecer para compreender que o seu caminho de desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde é um erro para o País e tem consequências na vida das pessoas?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, passo-lhe a palavra para responder. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, não há dúvida, nós, para reforçarmos o Serviço Nacional de Saúde, não precisamos apenas de mais meios, precisamos também de mais recursos humanos.

O Sr. Deputado diz que não chegam mais viaturas, mais ambulâncias, é preciso também quem as opere — foi basicamente este o raciocínio que despendeu. E é verdade, e é por isso que nós temos lançado sucessivos concursos para mais técnicos de emergência pré-hospitalar, que já ingressaram no INEM e que estão também agora ainda em formação.

Sr. Deputado, não há dúvida, para isso também é preciso fazer o que este Governo tem feito e que, creio, mereceria uma palavra de aplauso, pelo menos uma, do Partido Comunista Português: mais de 35 acordos celebrados com sindicatos na Administração Pública, mais de 26 carreiras que foram revistas na Administração Pública. Ao menos uma vez, o Partido Comunista Português, normalmente identificado — eu não vou dizer se abusivamente, não vou entrar nessa discussão — como o partido dos trabalhadores e muitas vezes também identificado como o partido que defende os trabalhadores da Administração Pública — digo isto porque é uma preocupação recorrente da retórica política do Partido Comunista —, poderia dizer assim: estamos perante um Governo que se preocupa com os trabalhadores da Administração Pública, que tem capacidade negocial, de aproximação, de consensualização, e que teve um resultado como não se via há muitos anos. E é precisamente com o reforço dos instrumentos de retribuição a nível da Administração Pública — de progressão na carreira, de valorização —, como temos dito muitas vezes, que nós podemos também contribuir na Administração Pública para o crescimento de Portugal.

Nós precisamos de atrair não só mais técnicos para a Administração, como técnicos mais qualificados. É isso que estamos a fazer e também o estamos a fazer na emergência médica.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Raimundo, tem a palavra, para questionar o Governo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a sua capacidade negocial com os trabalhadores foi bem evidente com o pacote laboral que apresentou. Mas sobre essa matéria eu já lá ia.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, eu queria registar a gravidade da afirmação que fez ali de cima. É que já não bastava, diria assim, a vergonhosa posição para a qual arrastou Portugal, para estes dois pesos e duas medidas, para esta submissão, vem agora reafirmar exatamente essa questão: perante um Estado que agride outro Estado, perante um Estado que sequestra o Presidente de outro Estado, o Sr. Primeiro-Ministro vem reconhecer a legitimidade do agressor. Sim, senhor, fica o registo! Fica o registo para o futuro, quando viermos falar de outras questões.

Mas falemos da realidade que importa, da realidade da vida da imensa maioria, da realidade como ela é e não como o Sr. Primeiro-Ministro a pinta. O problema dos trabalhadores e da juventude e do povo não é a falta de mentalidade — até escrevi, para não me perder! — «positiva e vencedora», o problema é o salário que é baixo. O problema é a precariedade, os contratos a prazo, os falsos recibos verdes, que são demais. O problema é não conseguir aceder à habitação, com mais ou menos medidas fiscais, é não conseguir aceder à saúde. O problema é o custo de vida. E o problema, Sr. Primeiro-Ministro, é a vida apertada da grande maioria — a vida apertada da grande maioria, e os lucros cada vez maiores — cada vez maiores, dos grupos económicos. Sr. Primeiro-Ministro, um dia de lucros dos maiores grupos económicos no nosso País dava para o Sr. Primeiro-Ministro comprar não 275, mas sim 600 ambulâncias, por dia, no nosso País! É esta a diferença.

Sr. Primeiro-Ministro, fica uma sugestão, que o tempo não dá para muito mais. O seu pacote laboral — o pacote laboral do PSD, do Chega, da Iniciativa Liberal, do CDS — foi rejeitado por uma grande demonstração de força, uma grande unidade dos trabalhadores, uma expressiva, e volto a dizer, expressiva greve geral. Foi rejeitado o seu pacote laboral!

Sr. Primeiro-Ministro, aproveite essa derrota política que teve para criar uma oportunidade de tratar do pacote que é necessário: o pacote dos salários, o pacote da dignidade, o pacote da estabilidade — não é de mais precariedade! — o pacote das condições de vida, o pacote de respeito por quem trabalha e por quem põe este País a funcionar. Está disponível para esse pacote que se impõe?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, o Governo e eu próprio não estamos disponíveis, estamos absolutamente empenhados num pacote laboral,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não é laboral, é para explorar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... num pacote de medidas económicas que promovam maior competitividade da nossa economia, maior produtividade, maior capacidade de pagar melhores salários.

Sr. Deputado Paulo Raimundo, em 2024, na OCDE — tão endeusada hoje pelo Partido Socialista, por exemplo, quem diria? — o país da OCDE onde os rendimentos dos trabalhadores mais subiram foi Portugal, por via de dois fatores: o aumento dos salários e a diminuição dos impostos.

Protestos do PS.

Por acaso, até a OCDE veio dizer a Portugal: vão um bocadinho mais devagar, porque isso é capaz de ser demais. Mas quero, já agora, dizer em nome do Governo: nós não temos perante a OCDE o seguidismo do Partido Socialista.

Protestos de Deputados do PS.

Não, não! Nós vamos continuar a contrariar aqueles que não confiam neste caminho, estejam eles onde estiverem, mesmo na OCDE, já agora

Aplausos do PSD.

Nós queremos, de facto, pagar melhores salários. Nós queremos que todos tenham acesso a mais habitação. Nós queremos fixar os nossos jovens, o nosso talento. E, Sr. Deputado, um dos caminhos, o caminho para fazer isso, é precisamente as empresas terem lucro.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É mais precariedade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, não tenha medo do lucro das empresas. Só com empresas lucrativas é que há instrumentos financeiros para pagar bons salários. Só com empresas lucrativas é que há instrumentos financeiros para as empresas se poderem apetrechar com maior capacidade produtiva, com maior inovação, com maior equipamento, com maior capacidade de serem ainda mais lucrativas no futuro.

Sr. Deputado, se fosse assim, por um estalar de dedos e por um decreto, nós poderíamos aumentar tudo a todos, nós também o faríamos, Sr. Deputado; aliás, até vos dávamos a vez. Mas isso, quando vocês tiveram essa vez, nos sítios onde estiveram, não foi assim; pelo contrário, acabou sempre em pobreza, em empobrecimento.

Aplausos do PSD.

É por isso que nós estamos aqui com firmeza. Nós estamos aqui com firmeza, com convicção, com a certeza de que não temos sempre razão, mas sabemos que o caminho é este, o caminho é criar mais riqueza. É mesmo! O caminho é que as empresas sejam mais lucrativas. As empresas lucrativas...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Raimundo tem 5 segundos, para questionar o Governo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, primeira questão: o caminho é criar mais riqueza para a distribuir melhor, mas não é o que se passa no nosso País.

Segunda questão: o Sr. Primeiro-Ministro quer isso tudo que aqui anunciou, mas quer isso tudo com mais precariedade, mais contratos a prazo, mais despedimentos sem justa causa, mais falsos recibos verdes. É isso que quer.

E o Sr. Primeiro-Ministro encheu o peito para aumentar 50 € ao salário mínimo nacional. Já...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo tem a palavra, para questionar o Governo. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro começou o ano a pedir aos portugueses mentalidade de Cristiano Ronaldo, o problema é que o País não é um estádio de luxo na Arábia Saudita, nem o salário dos portugueses é o salário do capitão da Seleção.

Do que o País precisa mesmo não é de um *mental coach* em São Bento, mas é de um governante concentrado em resolver os problemas da saúde e em garantir que os portugueses conseguem pagar a casa — a renda e a prestação ao banco.

O Sr. Primeiro-Ministro anunciou um programa no passado, Construir Portugal, que seria uma jogada de mestre que iria resolver todos os problemas da habitação. Revelou-se um rotundo autogolo, Sr. Primeiro-Ministro!

Anunciou um programa para resolver os principais problemas da saúde em 60 dias e hoje temos caos e insegurança onde precisamos de previsibilidade e boa política.

O Sr. Primeiro-Ministro prometeu que as isenções de IMT iriam garantir casas aos jovens, e o que é que nós temos hoje? A maior crise de habitação na história do País.

O Sr. Primeiro-Ministro quer agora baixar a fiscalidade dos fundos imobiliários e das construtoras, porque acha que um milagre vai resolver a crise da habitação.

Criou um curioso conceito de renda moderada que pode ir até aos 2300 €. Sr. Primeiro-Ministro, 2300 € e renda moderada só se conjugam na *champions* da especulação imobiliária, porque na vida concreta dos portugueses é despejo.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: está finalmente disponível para ouvir as recomendações da Comissão Europeia, que já lhe mostrou o cartão amarelo e pede a regulação do turismo excessivo e do alojamento local, e da OCDE, que lhe pede uma fiscalidade que acabe com o problema das casas vazias, ou vai continuar com as políticas de baliza aberta para a especulação imobiliária?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mais impostos, não!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, vejo que está com um bom toque de bola,...

Risos.

... portanto, quero desejar-lhe bom trabalho neste regresso ao Parlamento e quero assegurar-lhe que não, nós sabemos que o País não precisa de um *mental coach* em São Bento; ele, se calhar, é necessário na sede do Bloco de Esquerda,...

Risos do PSD e do CH.

...mas nisso não me quero intrometer, é um problema para resolver noutra dimensão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Belo golo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é que as medidas que mencionou na área da habitação são medidas arriscadas, é verdade, são medidas que comportam um período de transição, de implementação, que não implicam resultados imediatos. Mas, Sr. Deputado, isso acontece também em todas as outras medidas. Por exemplo, aquelas que o Sr. Deputado defende no Bloco de Esquerda, a propósito da limitação da utilização de imóveis para finalidades como o alojamento local, ou até da criação de limites à dinâmica própria do mercado de arrendamento, sabe qual é o efeito que têm?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Menos casas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O efeito imediato, aquele que permite ao Bloco de Esquerda, às vezes, enumerá-las e apresentá-las — como aconteceu, por exemplo, em Barcelona, Barcelona é um caso sintomático disso —, é: efeito imediato, mais casas disponíveis; efeito mediato, passados uns poucos meses, um ano de aplicação: menos casas disponíveis e aumento exponencial das rendas.

Sr. Deputado, eu estou disponível para arriscar, para aguentar o embate do período de transição e para acreditar que este caminho vai produzir resultados, porque a partir do momento em que haja maior oferta no mercado de habitação, seja para arrendamento seja para aquisição, parece-me que a moderação do preço será inevitável. Eu acredito nisto!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me desejar-lhe um bom ano e convidá-lo a deixar de ver o País do camarote VIP (very important person), porque só quem vive no camarote VIP é que, hoje, consegue pagar casa em Portugal.

Sr. Primeiro-Ministro, leia o relatório do Eng.º Carlos Moedas e verá que o teto às rendas e a regulação do alojamento local não são um capricho do Bloco de Esquerda, é só a razão a falar mais alto.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É um desastre político!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala com o Robles que ele sabe!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, eu gosto de jogar no meio do povo e, jogando no meio do povo, acredito que o poder local decide melhor, por isso é que, ao contrário do Bloco de Esquerda, sempre achei que o poder local podia decidir geograficamente algumas limitações, mas o Sr. Deputado quer, de cima do camarote principal, decidir o jogo nos campos todos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, é impossível não continuarmos na gíria futebolística, porque quando o Sr. Primeiro-Ministro cita Ronaldo, de facto, tenho de lhe lembrar que os portugueses continuam todos os dias em superação, nomeadamente na saúde quando esperam pela emergência médica, no hospital, nas longas listas de espera — e acompanhamos, inevitavelmente, o lamento pela morte das três pessoas que ocorreu esta semana.

Também não podemos deixar de referir que há crianças que, com casos graves registados com pulseira laranja, passam mais de duas horas nas urgências hospitalares. Apesar das propostas que o PAN apresentou no Orçamento do Estado, como é o caso da contratação de 400 técnicos do INEM, isso não foi executado, sendo que o Governo ainda não explicou porque é que só abriu concurso para 200 ao invés dos 400 previstos. O mesmo acontece com as ambulâncias que estão sem macas. E continuamos a não ter respostas. Além disto tudo, o Governo ainda revogou, deixou cair o protocolo com os bombeiros que reforçavam as ambulâncias em época gripal.

Mas este colapso não é só na saúde — pior ainda! —, repete-se noutras áreas, nomeadamente na habitação, na educação e na proteção animal, que não é exceção. E quero falar-lhe desta área, porque ainda esta semana tivemos uma audição na Assembleia da República que muito nos preocupou, porque temos canis municipais com animais vítimas de maus-tratos, a morrerem à fome, sem tratamentos médico-veterinários — e Foz Côa não é exceção, pois, além do Canil Municipal de Foz Côa, temos Moncorvo, Elvas, entre tantos outros —, e ouvimos a Sr.ª Diretora-Geral dizer aqui, na Assembleia da República, que não tem competência para fiscalizar o bem-estar animal.

Ora, eu recordo que foi uma opção política sua, do seu Governo, mudar a tutela do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) para a DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária) e agora temos uma diretora-geral a dizer que não tem competências para fiscalizar quem maltrata animais de companhia.

Por isso, pergunto-lhe, de forma muito clara, sobre estas duas dimensões: o Sr. Primeiro-Ministro vai tornar uma prioridade deste Governo a emergência médica, a resposta do serviço público, dando-lhe meios e fazendo investimento? E no caso da proteção animal, para quando uma tutela eficaz?

Porque uma coisa é certa: com ou sem Ronaldo, o Sr. Primeiro-Ministro pode entrar em campo, mas os portugueses, mais tarde ou mais cedo, vão mostrar-lhe um cartão vermelho.

A oradora exhibe um cartão vermelho.

Aplausos da Deputada do PS Lia Ferreira.

Burburinho das bancadas do PSD e do Chega.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, confesso que, do ponto de vista do Governo, o cartão que os portugueses nos têm apresentado é um cartão que está a crescer,...

A Deputada do PAN Inês de Sousa Real exhibe novamente um cartão vermelho.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — É um cartão vermelho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... portanto, a tendência é uma tendência positiva.

Aplausos do PSD.

A Deputada do PAN Inês de Sousa Real continua a exhibir um cartão vermelho.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A cor, no caso, até é alaranjada, portanto, não é por isso que a relação do Governo com os portugueses não tem sido de entrosamento e de confiança.

Sr.^a Deputada, relativamente à reforma da emergência médica e ao reforço da sua capacidade, que a Sr.^a Deputada mencionou, deixe-me dizer-lhe que o reforço em 400 técnicos de emergência pré-hospitalar, foi esse o reforço que o Governo decidiu, não foi todo de uma vez, foi de 200 de uma vez e de outros 200 de outra. Mas a Sr.^a Deputada sabe que nós cumprimos o objetivo que enunciámos.

De facto, estamos a cumprir todas as áreas e linhas da reforma, sendo certo que há uma série de propostas que nos foi apresentada pela comissão técnica independente que esteve a analisar todo o sistema de emergência em Portugal, e também outras propostas que nos foram remetidas por outros agentes, incluindo por um partido da oposição, que estamos a analisar para poder integrar na nossa ideia e podermos aprimorar a agilidade do sistema e a sua maior capacidade de resposta.

Deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada, relativamente ao bem-estar animal, que tenho sido recorrente em responder-lhe, mas a Sr.^a Deputada encontra sempre alguma coisa que possa, aparentemente, evidenciar uma menor preocupação com as questões do bem-estar animal.

Não sei exatamente a situação dos canis municipais de Foz Côa, de Moncorvo e de Elvas, que mencionou, mas tentarei saber. Todavia, posso dizer-lhe que a alteração de tutela não implicou uma diminuição da capacidade de a Administração Pública poder promover as políticas de bem-estar animal, incluindo dos animais de companhia, que a Sr.^a Deputada mencionou. Pelo contrário. Portanto, nós temos esse comprometimento e estamos disponíveis para poder também interagir com o PAN nesse domínio.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, registo com satisfação o pedido de desculpas que o Sr. Primeiro-Ministro apresentou a todos os portugueses perante, infelizmente, mais um falhanço na área da saúde.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas que desculpas é que apresentou?!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Espero — e os portugueses assim o anseiam — que esse pedido de desculpa não se repita e que, acima de tudo, seja um pedido de desculpa sincero, verdadeiro e que responda e evite que situações idênticas ocorram no futuro.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me questioná-lo sobre um assunto que está na ordem do dia e que respeita ao subsídio de mobilidade aérea entre as regiões autónomas e Portugal continental.

A verdade é que o que deveria constituir um direito básico transformou-se numa tremenda atrapalhada que envergonha e que é marcada por atrasos inaceitáveis, avanços e recursos sucessivos, contradições entre membros do Governo, regras opacas e uma burocracia que humilha os cidadãos residentes na Madeira e nos Açores.

A verdade é que o centralismo continua a ignorar o quanto custa viver nas ilhas — aliás, já o disse, mais de uma vez, nesta Casa — e, além disso, não conhece, minimamente, os constrangimentos reais que essa condição de ilhéu impõe a quem reside nos Açores, no Porto Santo e na Madeira.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de, muito sinceramente, questioná-lo de uma forma direta, porque ainda hoje, num diário, num matutino regional, menciona-se que 13 500 madeirenses com dívidas ao fisco ficarão excluídos do subsídio social de mobilidade.

O orador exhibe uma notícia de jornal.

A pergunta muito direta que eu gostaria de fazer ao Sr. Primeiro-Ministro é a seguinte: quando é que vai acabar com esta pouca-vergonha e esta humilhação?

Aplausos do Deputado do PS Emanuel Câmara.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Filipe Sousa, quero dizer-lhe que o subsídio social de mobilidade tem tido uma atenção permanente por parte deste Governo.

Nós começámos por diminuir o preço dos bilhetes para os madeirenses, os porto-santenses e os açorianos, nós estamos, hoje, a facilitar a vida de todos eles, porque todos vão ter um mecanismo muito mais expedito de acesso ao subsídio, não vão ter de antecipar nenhuma parte da componente da ajuda do Estado, e vão ter esse mecanismo a funcionar, automaticamente, com base numa plataforma. Evidentemente que a plataforma pressupõe uma inscrição e alguns requisitos para a atribuição do subsídio e, acho, que aí estamos todos de acordo; isto não é uma questão de burocracia, é uma questão de transparência, é uma questão de regularidade.

Sobre a questão concreta que coloca sobre as dívidas fiscais, aproveito para a mencionar de forma transversal. Nós, no Governo, temos um princípio segundo o qual as prestações, as ajudas, os subsídios que o Governo dá aos cidadãos devem pressupor uma relação recíproca de cumprimento das obrigações do cidadão para com o Estado. Não quer dizer que todas as pessoas que tenham dívidas estejam inibidas de aceder a estas ajudas, a estes subsídios; quer dizer que têm de ter a situação regularizada, ou seja, podem ter dívidas, mas podem ter um plano de pagamento dessas dívidas.

Agora, o que não é justo, Sr. Deputado, e eu não acredito que o Sr. Deputado possa adjetivar como «pouca-vergonha» estarmos a atribuir subsídios — e não apenas este — a pessoas que não cumprem as suas obrigações perante o Estado. Sr. Deputado, esse é um princípio normal de reciprocidade para podermos gerir bem aquilo que é de todos. Nós temos de exigir para podermos também ser solidários e atribuir.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ao contrário do que querem fazer crer as oposições, o ano de 2025 correu bem a Portugal e correu bem aos portugueses.

Foi um ano em que foram superadas todas as expectativas das oposições....

Protestos de Deputados do PS.

... e foram mesmo superadas, imagine-se, as estimativas e as projeções de algumas instituições como o Banco de Portugal, pelo menos quando era governado por Mário Centeno.

A economia cresceu bem acima da média europeia, está a crescer acima da maioria dos países da coesão com os quais nos temos de comparar; o investimento cresceu, quer o investimento público, quer o investimento privado; os rendimentos continuaram a crescer, quer nas pensões quer nos salários, muito acima do que acontecia nos tempos do Governo socialista; os impostos estão a descer, quer o IRS quer o IRC, e isso permitiu que a carga fiscal se reduzisse em percentagem do PIB; estamos a caminho do novo excedente orçamental, o terceiro excedente orçamental consecutivo pela primeira vez na história da democracia portuguesa; e, mais: a dívida reduziu-se para mínimos históricos a nível de 2010, um ano antes da grande bancarrota socialista de 2011.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a primeira pergunta que gostava de lhe fazer é se poderia antecipar à Câmara alguns dados finais definitivos de 2025, quer em termos de crescimento económico quer em termos de excedente orçamental e de dívida.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, como o Sr. Deputado sabe, só mais lá para março é que teremos uma certeza relativamente aos números — certeza essa que nunca será absoluta, porque depois os números, normalmente, são revistos mais tarde —, mais fiáveis relativamente ao desempenho da nossa economia e das nossas finanças públicas em 2025.

Mas todos os elementos que temos apontam para esta realidade que, de resto, mencionei no início deste debate: teremos um crescimento económico a rondar os 2 %, mais um pouquinho, menos um pouquinho, um crescimento económico que todos, praticamente todos, desconfiavam não ser possível.

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Todos no início do ano, muitos mais no final do 1.º trimestre e muitos mais ainda no final do 2.º trimestre. O primeiro meio ano foi, por assim dizer, um meio ano de grande pessimismo à volta do Governo — não no Governo, à volta.

Depois houve muita desconfiança e houve quem tivesse antecipado o regresso dos défices em Portugal, em 2025. Também aconteceu no 1.º trimestre, também houve reincidência no 2.º trimestre e, depois, começou a haver mais comedimento a partir daí.

A dívida pública não tem sido tantas vezes mencionado, mas o que lhe posso dizer é o seguinte: crescimento económico à volta de 2 %,...

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e contraprotestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

... um resultado orçamental que não será pior do que a nossa estimativa de 0,3 %, é a nossa previsão,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — 0,3 % é fácil!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ...vamos ver se vamos surpreender outra vez nós, País, ou não, e uma dívida pública no limiar dos 90 % do nosso produto — talvez um pouco acima, mas no limiar dos 90 %.

A conjugação destes três resultados dá previsibilidade, estabilidade e confiança a Portugal e é por isso que estamos cada vez mais bem posicionados para atrair investimento, para dar confiança aos agentes económicos para localizarem aqui as suas iniciativas e alocarem aqui os seus investimentos. E é também a forma de dizermos àqueles que já cá estão, aos investidores nacionais, aos investidores estrangeiros que já têm operações em Portugal, que há todas as razões para aqui continuarem e multiplicarem o seu investimento.

É isso que vai permitir pagar melhores salários, é isso que vai permitir, também, salvaguardar o Estado social.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, rigor na entrada, humanismo na integração, este foi um dos principais compromissos da AD (Aliança Democrática) desde o primeiro momento e é isso que temos feito nesta maioria e neste Governo.

Protestos de Deputados do PS.

Acabámos com as manifestações de interesse, pusemos as trancas às portas escancaradas deixadas pela geringonça,...

Protestos do PS.

... e criámos a UNEF (Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras) para ocupar o espaço do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), que foi extinto irresponsavelmente pelos Governos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Miguel Macedo contava connosco!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas fica, Sr. Primeiro-Ministro, a faltar uma pedra neste edifício: e aqueles que entraram ilegalmente em Portugal, muitos deles no tempo dos governos socialistas? Com a atual lei, Portugal é um dos países da Europa que menos retorna imigrantes ilegais para os seus países de origem, menos de 5 %, repito, menos de 5 % são postos fora de Portugal por estarem aqui ilegalmente.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Para o CDS é muito claro: quem entra ilegalmente em Portugal tem de sair de Portugal, tem de ser posto fora de Portugal.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, quais são as alterações necessárias para termos uma nova lei de retorno e de afastamento de quem entrou ilegalmente e quem permanece ilegalmente em Portugal?

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, precisamente como mencionou, esse é o último elemento do edifício de transformação da política migratória em Portugal.

Já fizemos uma primeira aprovação de uma proposta no Governo, colocámo-la em discussão pública, recebemos cerca de 120 participações, vamos agora analisá-las e nas próximas semanas vamos remeter ao Parlamento, para a sua decisão final sobre uma nova lei de retorno que visa ser mais ágil, mais eficiente, com prazos mais adequados, para poder ser consequente, porque só há uma verdadeira política de imigração se houver consequências para aqueles que incumprem essa política.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, uma última pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, para quando uma nova lei de mecenato cultural para virarmos a página do financiamento das artes e da cultura em Portugal?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Eh lá! Esta não estava combinada!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, o Governo já aprovou a proposta de lei que será remetida ao Parlamento.

É uma proposta que cria condições de investimento na cultura, quer na cultura promovida no espaço e por iniciativa pública, quer por iniciativa privada. O Governo também já assumiu o compromisso de implementar um programa de financiamento à indústria do audiovisual e do cinema...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente, uma nota prévia: o líder parlamentar do PSD não é insensível àquilo que aconteceu durante este debate com um conjunto de Deputados da minha bancada e da bancada do Grupo Parlamentar do Chega e quero, por dever de obrigação, comunicar à Câmara e ao País que o líder parlamentar do PSD tratará este assunto em sede de Conferência de Líderes, no respeito que as instituições me merecem e o prestígio que as instituições merecem.

Aplausos do PSD.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, junto, evidentemente, a voz do Grupo Parlamentar do PSD àquelas que aqui apresentaram as condolências aos cidadãos que pereceram em circunstâncias que são públicas. Mas quero aqui dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que as precipitações em política, como de resto julgo que em tudo na vida, nunca são bom augúrio.

Há uns meses, neste Plenário, nas várias televisões, Deputados dos vários grupos parlamentares apressaram-se a acusar o Governo, a acusar a Sr.^a Ministra da Saúde, a Sr.^a Secretária de Estado, os responsáveis do INEM, por um conjunto de mortes que aconteceram numa ocasião, imputando ao INEM, ao Governo, as responsabilidades políticas pelas causas dessas trágicas ocorrências.

Meses depois, quando os relatórios de quem tem a competência para averiguar os nexos de causalidade foram conhecidos, nenhum desses teve a dignidade de vir ao Parlamento, às televisões, aos mesmos sítios onde tinham apontado o dedo, pedir desculpa e dizer que se precipitaram.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Também agora, com responsabilidade, com tranquilidade, aguardaremos pelas conclusões de quem tem a responsabilidade de averiguar o que se passou e cá estaremos, também nós, para tirar as nossas consequências.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Responsabilidades políticas!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Discutiu-se muito o estado do Serviço Nacional de Saúde em Portugal. A verdade, Sr. Primeiro-Ministro, é que não há uma portuguesa ou um português que fique insensível às notícias que vamos acompanhando, às dificuldades em alguns serviços de urgência muito concentrados, é certo, designadamente na região de Lisboa e Vale do Tejo e na península de Setúbal — circunstâncias que sabemos que não acontecem no resto do País —, pela pressão demográfica, pela falta de recursos.

Mas a verdade, Sr. Primeiro-Ministro, é que só há uma forma de compararmos e podermos escrutinar a avaliação do Governo, que é comparando, é olhando para a circunstância atual e perguntar se estamos melhor ou estamos pior do que estávamos há um ano; se estamos pior ou melhor do que estávamos lá atrás; comparando até, de resto, os resultados dos vários governos.

Ao longo deste debate fomos ouvindo vários comentários, várias tiradas. Ouvimos o Chega, de forma categórica, sempre com aquele tom gongórico a que o partido Chega habituou o País — hoje não o Sr. Deputado André Ventura, o líder da oposição hoje não está cá, quer ser líder da oposição a partir de Belém —,...

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — E bem! Ao menos não tem marionetas!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... mas disse o Deputado Pedro Pinto: «O Serviço Nacional de Saúde colapsou. Com a sua governação, Sr. Primeiro-Ministro, o Serviço Nacional de Saúde colapsou.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Com a sua e com a deles!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sucede que aquele que quer ser líder da oposição a partir de Belém, publicou na sua página nas redes sociais — onde eles são, de facto, os campeões,...

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Obrigada!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... mérito seja dado, já que estamos na gíria futebolística — uma fotografia num momento em que precisou do Serviço Nacional de Saúde e que vou mostrar só ao Deputado Pedro Pinto, para ninguém corar de vergonha.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha?! É para mostrar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Em 14 de maio de 2025, veja só, Sr. Primeiro-Ministro, era o senhor o Primeiro-Ministro de Portugal, era a Ministra da Saúde, a Sr.ª Ministra da Saúde, e publicou o Sr. Deputado André Ventura: «Estou a ser muito bem tratado.» Vejam bem o ar regalado de quem acha que o Serviço Nacional de Saúde colapsou.

O orador exibiu a imagem que mencionou.

Aplausos do PSD.

Mas já o Deputado José Luís Carneiro, Sr. Primeiro-Ministro, veio aqui dizer: «Nós temos mesmo é de olhar para a emergência médica, transformar a emergência médica, olhar para as propostas que eu fiz.»

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E agora? E os tempos de espera?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E eu pensei porque é que o Partido Socialista estaria tão preocupado com a emergência médica quando as transformações que estamos a efetuar estão, de facto, como o seu Primeiro-Ministro teve ocasião de demonstrar, a melhorar os resultados do atendimento, do tempo de espera, das chamadas que se atendem. E fui procurar.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E agora, como estão?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — No *Expresso*, o número de chamadas para o INEM que não chegaram a ser atendidas aumentou — vão chegar os dedos das mãos — uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez vezes durante o período de 2021 a 2024.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mil! Mil vezes!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vejam só: passaram de 15 971 chamadas por atender para 133 832 no vosso Governo, no Governo do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Foi na pandemia! Houve dois anos de pandemia!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — De facto, «na política não pode valer tudo», dizem as vozes do Partido Socialista. «Na pandemia», dizem eles, «na pandemia de 2021 a 2024». E na pandemia não havia telefones para atender no INEM que os senhores tutelavam? Haja decoro!

Aplausos do PSD.

O Deputado José Luís Carneiro, Sr. Primeiro-Ministro, que vinha com as perguntas preparadas, as perguntas escritas, não tem mal nenhum, não tem mal nenhum preparar os debates e ler aquilo que se escreveu,...

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

... mas, ó Sr. Deputado José Luís Carneiro, o limite a que podemos chegar...

Continuação de protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias está nervosíssimo, está nervosíssimo. Faz-me lembrar aqueles tempos em que se virava para o Primeiro-Ministro e dizia «somos cento e muitos aqui atrás, Sr. Primeiro-Ministro.» Já não são! Tenha calma, Sr. Deputado, já não são.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Eu não tenho medo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado José Luís Carneiro vinha com as perguntas escritas, não conseguiu sair do guião e fez as mesmas perguntas que o Sr. Deputado Pedro Pinto já tinha feito, não ouviu a resposta,...

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não responde!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... porque o Sr. Primeiro-Ministro lhe respondeu, e depois queixou-se de que o Sr. Primeiro-Ministro não tinha mais tempo para lhe responder.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não respondeu!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É, de facto, irónico, o termo é esse, a circunstância a que chega o debate parlamentar quando estamos presos às coisas.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Ao que chega! Ao que isto chega!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas, olhe, Sr. Deputado José Luís Carneiro, quero dizer que tenho de lhe fazer justiça, o senhor sabe mais do que aquilo que aqui disse. O Sr. Deputado José Luís Carneiro sabe, tenho a certeza, que não há imposto nenhum — vou repetir, ouça bem —, não há imposto nenhum que possa ser aumentado,...

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — É por portaria!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, não há imposto que aumente por portaria, desculpe, não lhe quero chamar ignorante!

Risos dos Deputados do PS José Luís Carneiro e Eurico Brilhante Dias.

Não há imposto nenhum, não há imposto nenhum, que aumente e que não seja votado nesta Câmara pelas Sr.^{as} e pelos Srs. Deputados.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Mais IMI, mais ISP!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A pergunta a que o senhor vai responder, a mim e ao País, quando entender, tem vários debates durante o ano todo, é: quantas vezes o Sr. Deputado, nesta Câmara, com este Governo, se levantou para votar um único aumento de impostos? Eu vou-lhe responder: zero, zero, zero. Nem IMI, nem coisa nenhuma.

Aplausos do PSD.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas o Sr. Deputado leu o relatório da OCDE?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Li!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Olhe, eu também li. E o Sr. Deputado veio falar de política de habitação. Recordo-me quando o Partido Socialista se colocou contra o fim do IMT e do IMI para os jovens adquirirem casas.

Protestos do Deputado do PS António Mendonça Mendes.

Sr. Primeiro-Ministro, são já cerca de 80 000 jovens que adquiriram casa, habitação em Portugal por força da medida deste Parlamento e do Governo, porque, já agora, era para terminar impostos — foi o Parlamento que votou contra o Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mentira!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas veio aqui o Sr. Deputado José Luís Carneiro dizer: «Sr. Primeiro-Ministro está ou não está disponível para ouvir a OCDE e adotar as medidas do relatório da OCDE?» Não sei

se ele leu o mesmo que eu, Sr. Primeiro-Ministro, porque o relatório da OCDE recomenda que Portugal acabe de vez com o IMT e que carregue no IMI nas casas e na política de habitação fiscal.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não leu! Eu li!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É isso que o senhor quer? Que o IMI aumente? É isso que o Sr. Deputado José Luís Carneiro quer ou hoje vai dizer ao País: «peço desculpa, aos jovens de Portugal porque fomos contra as isenções de impostos para eles poderem adquirir habitação em Portugal.»

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Já agora, porque não resisto, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo e Sr.^{as} e Srs. Deputados, não disse nada na ocasião, achei que não devíamos incendiar, como tantas vezes acontece a esse pretexto, o debate parlamentar, mas não queria deixar de dizer ao Sr. Deputado José Luís Carneiro que a forma como abordou aqui um caso concreto na área da saúde, descrevendo o nome, a circunstância, as causas — uma circunstância e uma situação que a todos, evidentemente, comove, com que todos, evidentemente, estamos solidários — não deixa de ser curioso, Sr. Presidente, e quero mesmo dizê-lo durante esta intervenção e no Plenário, não só é demagogia, como é populismo, como é bem diferente a postura do Partido Socialista quando o partido chega aqui, fala de nomes de crianças que andam na escola, mas não tem o mesmo pudor quando usam crianças doentes para fazer política. Haja decoro! São iguais, iguais!

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Mohamed está feliz!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É, de facto, sol na eira, chuva no nabal.

Sr. Primeiro-Ministro, aproveito os 2 minutos que me restam para dizer ao Sr. Deputado Pedro Pinto, que também acha que fomos nós que aumentámos o preço do pão, que o Governo aumentou tudo...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Chega não foi!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado Pedro Pinto não conhece a inflação, não sabe o que é a atualização dos preços anuais — enfim, está tudo certo — e também não sabe o que é que aconteceu nas CCDR.

Vou dizer ao Sr. Deputado Pedro Pinto o seguinte: o Governo olhou para o modelo das CCDR e entendeu apresentar outro modelo ao País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Com o PS?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Um modelo, esse sim, de verdadeira descentralização, que cria, elimina...

Vozes do CH: — E as taxas?!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oh, não falem de taxas! Ainda estou à espera que os senhores recusem participar nas delegações externas do Parlamento.

Protestos do CH.

Mas os senhores esqueceram-se de recusar?!

Aplausos do PSD e continuação de protestos do CH.

Tenham lá calma! Quando os senhores, depois do que disseram das organizações externas, recusarem, nós cá estamos para falar disso, aí têm...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É acabar com elas!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Incomodados. Incomodados.
Nós apostámos num modelo de verdadeira desconcentração dos serviços.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quantos lugares?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eliminámos lugares e criámos cinco vice-presidentes — eliminando lugares, repito — com a área da educação, com a área da saúde, com a área da agricultura e com a área do ambiente, precisamente para que as políticas possam ser melhores e para podermos responder aos problemas das vidas das pessoas.

Mas quero aproveitar estes 30 segundos para dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que é verdade que do ponto de vista partidário, foi feito um acordo nacional com o Partido Socialista, com vista à eleição...

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade, e eu não tenho culpa que os senhores não tenham presidentes de câmara para isso; vão a votos.

E espero mesmo — quero aqui dizê-lo, na Casa da democracia e de forma solene — que o acordo que o Partido Social-Democrata e o Partido Socialista assinaram com vista à eleição dos presidentes das várias CCDR seja cumprido integralmente.

Vozes do CH: — Eh lá!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E quero dizer ao País, olhos nos olhos, que a minha assinatura nesses acordos vai ser honrada e que vamos eleger aqueles que propusemos eleger.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Tenho agora dois pedidos de interpelação à Mesa, que peço que sejam mesmo interpelações à Mesa. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, quero fazer uma interpelação à Mesa em relação ao que disse o Sr. Deputado Hugo Soares sobre as ofensas e ameaças que foram feitas à Deputada do Chega, Cristina Vieira.

Não acho que isso tenha de ser tratado em Conferência de Líderes, acho que tem de ser tratado em sede da 15.ª Comissão e também internamente, dentro do Grupo Parlamentar do PSD.

E também gostaria que o Sr. Presidente da Assembleia da República levantasse um inquérito, como fez no passado com Deputados do Chega. Agora, gostaria que fizesse o mesmo com o Deputado do PSD.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É ver as imagens!

O Sr. **Presidente**: — Como sabe, Sr. Deputado, desde que chegue ao Presidente da Assembleia da República o pedido para o efeito, eu faço, como faço em todas as circunstâncias, o envio para a Comissão.

O Sr. Deputado José Luís Carneiro também quer fazer uma interpelação à Mesa. Tem a palavra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os outros querem prolongamento!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, para que a Mesa fique tranquila, bem como todo este Parlamento, quero deixar claro que foi o avô desta menina que me pediu que colocasse esta questão ao Sr. Primeiro-Ministro. Foi com a devida autorização da família.

Aplausos do PS.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, pedia que, depois, fosse distribuído por todas e por todos os Srs. Deputados a proposta de coordenação da emergência pré-hospitalar que entreguei em julho, para que todos possam saber como funciona em Inglaterra, França e Espanha.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, gostaria de começar por esta última questão que o Sr. Deputado suscitou e que me permite, como, aliás, prometi responder ao Sr. Deputado Pedro Pinto, relativamente aos executivos das comissões de coordenação e desenvolvimento regional.

Quero lembrar que já está em vigor o princípio que norteia a alteração que agora foi introduzida. Nós prescindimos do regime que nos foi legado, no qual havia dois vice-presidentes das comissões de coordenação e desenvolvimento regional que eram cooptados pelo presidente e pelos dois vice-presidentes que eram eleitos. Portanto, há menos dois e vai passar a haver mais quatro vice-presidentes, num contexto que já vos vou explicar.

Mas, antes disso, já tínhamos feito uma outra alteração, que veio na sequência de uma reclamação de todas as bancadas parlamentares, com exceção da bancada parlamentar do Partido Socialista. O Partido Socialista extinguiu as direções regionais de agricultura.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Toda a área da agricultura portuguesa, o chamado «mundo rural», toda a atividade da agricultura, reclamava a reposição das direções regionais da agricultura...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tal e qual!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e reclamava-o num sentido até muito curioso. Reclamava-o porque achava importante que o Ministério da Agricultura tivesse no território o seu interlocutor para a política nacional da agricultura, para poder ser o porta-voz e o executor das orientações de política do Ministério da Agricultura.

Ora, como é sabido, eu, enquanto Presidente do PSD, na primeira campanha em que me candidatei ao lugar que hoje exerço, tive ocasião de definir a agricultura como um setor estratégico da economia portuguesa, como um setor estratégico da coesão social e territorial de Portugal. E tive ocasião de dizer que essa decisão iria ser corrigida.

No processo tendente a corrigir essa decisão, chegámos à conclusão, com o envolvimento do associativismo agrícola, que haver um vice-presidente da comissão de coordenação e desenvolvimento regional de cada uma das regiões com essa competência era o melhor instrumento para levar por diante o

objetivo de haver no território um interlocutor da política agrícola do Governo, bem como para a interligação e coordenação com as outras áreas do Governo, nomeadamente com aquelas que são mais próximas das políticas agrícolas, como por exemplo o ambiente, o ordenamento do território, a política da água, e por aí fora.

Ora, essa experiência revelou-se muito positiva e foi reconhecida pelos decisores públicos, por alguns que tinham dúvidas — e é normal — quanto à mudança, e também por muitos daqueles que estão no movimento associativo.

O que é que o Governo pensou então? É bom acabar com os vice-presidentes cooptados das CCDR que têm competências que ninguém sabe muito bem onde é que começam e onde é que acabam, porque são difusas, porque são aquelas que o presidente e os outros vice-presidentes lhes podem acometer. Então, vamos ter mais vice-presidentes com a responsabilidade setorial nas áreas em que é necessário no território, nas regiões, haver uma voz de comando da política setorial do Governo. Isto tem a vantagem de poder também promover a interligação e coordenação das várias políticas públicas.

Então, acrescentámos a área da saúde, porque, não se esqueçam, também tinham sido extintas as administrações regionais de saúde; acrescentámos a área do ambiente, hoje uma área fulcral em várias políticas públicas e onde as comissões de coordenação têm uma intervenção reforçada; acrescentámos a área da cultura, onde também não há direções regionais de cultura; e acrescentámos a educação, onde também não há direções regionais.

Contudo, há responsáveis regionais por estas áreas de atividade. Os vice-presidentes que vão tutelar e comandar nas regiões as orientações de política dos respetivos ministérios vão substituir aqueles outros que têm essa responsabilidade, apesar de não terem hoje esse estatuto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro! Percebem agora?!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — No fim do dia, o resultado em termos de lugares, se é isso que importa, são menos dois, porque os outros quatro já existiam. Os dois que nós extinguimos não são substituídos por ninguém. É esse o resultado desta reforma.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para aqueles, já agora — porque a pergunta do Sr. Deputado Pedro Pinto e do Sr. Deputado Hugo Soares é pertinente —, que possam ter dúvidas sobre o papel destas direções executivas das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, como o Sr. Deputado Hugo Soares agora mencionou, estamos a falar de serviços desconcentrados do Estado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é a descentralização!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma regionalização encapotada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, não é, encapotada era a anterior. Nós não estamos a falar de um novo nível de decisão política, estamos a falar do exercício das competências do Governo no território e nas regiões.

A política deste Governo é descentralizar competências da administração central para a administração local e para o associativismo intermunicipal. E a política deste Governo é desconcentrar os seus serviços, aproximando-os das populações e das dinâmicas económicas e sociais regionais a partir das comissões de coordenação e desenvolvimento regional.

Aplausos de Deputados do PSD.

Devo até dizer que aqueles que julgam liderar comissões de coordenação e desenvolvimento regional como se representantes de um poder regional fossem, estão equivocados e não são merecedores, portanto, do lugar para o qual se candidatam.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quero dizer isto com toda a clareza. Aqueles que estão disponíveis para servir nas comissões de coordenação e desenvolvimento regional devem estar disponíveis para seguir as orientações de política do Governo.

Protestos de Deputados do CH.

E devo também dizer: também não digam que isto é um Governo centralista. Não, isto é conciliação entre um Governo que descentraliza, com a opção municipalista e intermunicipal, e que desconcentra, com a opção de comissões de coordenação e desenvolvimento regional com poderes reforçados, a cumprir as orientações de política dos membros do Governo de forma articulada e de forma coordenada entre si, e entre si e a sociedade.

Aplausos do PSD.

Quanto à questão fiscal, o Sr. Deputado Hugo Soares, com a sua forma muito escorreita e direta de apresentar as questões e com o seu talento político,...

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Oh! Essa agora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... de facto — é verdade! —, colocou aqui uma questão...

Risos de Deputados do CH e do PS.

Vou acrescentar, para incómodo dos restantes, que há aqui muito talento político em todas as bancadas, devo dizer, para que fique claro.

Mas refiro-me também ao também talento jurídico, porque a questão do aumento dos impostos foi colocada de uma maneira que é simples e direta. E, já agora, isto não é só para os Srs. Deputados; é também para os Srs. Deputados, mas é sobretudo para o País, é para as pessoas em casa, é para as portuguesas e para os portugueses, para todos aqueles que vão para o meio mediático falar e que, muitas vezes, não sabem bem aquilo que dizem.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — É preciso é chutar à baliza!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Devo dizer, de uma forma muito categórica, corroborando o argumento do Sr. Deputado Hugo Soares: quem tem competência legal e constitucional para definir as taxas dos impostos é a Assembleia da República.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — O Ministério das Finanças!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se houve alterações na forma como funciona o imposto sobre os produtos petrolíferos ou o imposto municipal sobre os imóveis, seguramente não foi por alteração de taxas, porque senão os Srs. Deputados, pelo menos os das oposições, já deviam ter colocado o respetivo procedimento, porque teria havido uma ilegalidade, uma inconstitucionalidade do Governo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — É, ria-se, vá-se rindo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu não quero acreditar! Os Srs. Deputados andam distraídos? Os Srs. Deputados perdoaram a este Governo uma inconstitucionalidade flagrante, deste calibre?

Não, Srs. Deputados. Sabem porque é que os Srs. Deputados não colocaram essa questão? Porque os Srs. Deputados, na retórica política, usam o argumento da subida dos impostos, mas sabem que este Governo aumentou zero impostos e diminuiu muitos impostos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E, no imposto sobre os produtos petrolíferos, estamos a levar até ao limite daquilo que é possível um desconto cujo objetivo já desapareceu há muito. E estamos, com respeito, com uma relação de confiança com as pessoas e com as empresas, a fazer essa correção, que nos é exigida a nível europeu, com o menor impacto possível, aproveitando as alturas em que o preço nos confere que as alterações que nos são exigidas possam ser feitas sem nenhum — rigorosamente nenhum! — impacto nos custos que são suportados pelas pessoas, pelas famílias e pelas empresas.

Estamos a fazer isso de forma consciente, estamos a fazer isto de forma equilibrada e é assim que vamos continuar a fazer. Repito: aumento zero; não estamos a aumentar nada.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Mais 200 milhões!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estamos a corrigir uma situação que tem de ser corrigida.

O mesmo se diga relativamente aos custos de construção. Não posso deixar de notar que é um pouco irónico que neste debate me atirem, e ao Governo, o argumento de que estamos a ter políticas que impulsionam os custos de construção e, depois, não queiram atualizar os custos de construção por m², que é obrigatório, que não é feito desde 2023,...

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Ora essa! Ora essa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e que os Governos que nos antecederam nunca deixaram de fazer.

Na altura, claro que o Partido Socialista não achava isso um aumento de impostos, achava isso uma atualização normal; era o aumento dos custos e, portanto, tinha de estar plasmado naquele elemento.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado José Luís Carneiro, deixe-me dizer-lhe uma coisa; hoje falou-se aqui em linguagem futebolística,...

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — À Ronaldo! É o Ronaldo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... falou-se aqui de campeões: os campeões dos aumentos dos impostos são os socialistas.

Aplausos do PSD e CDS-PP.

Protestos do PS.

Os campeões das diminuições dos impostos e das descidas dos impostos são o PSD e o CDS-PP, é este Governo da AD, não há dúvida.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É o Sporting!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — É o Ronaldo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Podem protestar para as instâncias que quiserem, podem fazer os recursos que quiserem, podem recorrer aos videoárbitros que quiserem,...

Protestos do PS.

... não há ninguém,...

Protestos do PS.

... não há ninguém que possa atacar a verdade desta declaração: nós somos os campeões da descida dos impostos, os senhores são os campeões do aumento dos impostos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Aqui a Mesa também agradece se VV. Ex.^{as} atribuírem um VAR (*Video Assistant Referee*) aqui à Mesa,...

Risos do PSD.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Não é preciso, as bolas não entram!

O Sr. **Presidente**: — ... para poder fiscalizar melhor tudo aquilo que aqui se passa.

Bom, com esta intervenção estão os nossos trabalhos não encerrados, mas quase.

A nossa reunião de amanhã começa às 9 da manhã — facto para o qual chamo a vossa atenção — e temos sete pontos na ordem de trabalhos.

Do ponto um consta o Projeto de Lei n.º 353/XVII/1.^a (PS) — Clarifica o regime de suspensão de cobrança de taxas de portagem aos veículos pesados que utilizam a A41, a A19, no troço entre São Jorge e Leiria Sul (nó A8/A19) e a A8 entre Leiria Sul (nó A8/A19) e Pousos, sem tempos para discussão atribuídos.

Segue-se, no segundo ponto, a discussão das Propostas de Lei n.ºs 47/XVII/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a aprovar medidas de desagramento fiscal para o fomento de oferta de habitação e 48/XVII/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a rever o regime aplicável ao licenciamento de operações urbanísticas, e a alterar o regime jurídico da urbanização e da edificação, e o regime jurídico da reabilitação urbana, conjuntamente com os Projetos de Lei n.ºs 178/XVII/1.^a (CH) — Estabelece a redução do IVA na construção de habitação, 341/XVII/1.^a (CH) — Estabelece a isenção de IMI para imóveis destinados a habitação própria e permanente, cujo valor patrimonial tributário não exceda 350 000 €, 344/XVII/1.^a (L) — Estabelece limites máximos de valor de renda em contratos de arrendamento habitacional, 345/XVII/1.^a (L) — Estabelece o zonamento inclusivo para uma quota de habitação pública nas operações urbanísticas, 347/XVII/1.^a (IL) — Reforma para a construção e aumento de oferta de habitação, e 349/XVII/1.^a (PS) — Reforça os instrumentos de promoção do acesso à habitação permanente e de combate à especulação imobiliária, e os Projetos de Resolução n.ºs 443/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a criação do Programa Nacional de Apoio às Cooperativas de Habitação, 444/XVII/1.^a (PAN) — Pelo reforço e diversificação dos recursos financeiros dos municípios para as políticas de habitação, 462/XVII/1.^a (IL) — Pela Criação do Código da Edificação, e 469/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo o alinhamento da política nacional de habitação com as linhas orientadoras do Plano Europeu de Habitação Acessível.

Do terceiro ponto da nossa ordem de trabalhos consta o debate das Propostas de Lei n.ºs 210/XVII/1.^a (PCP) — Integração do Internato Médico na Carreira Especial Médica e na Carreira Médica, 340/XVII/1.^a (CH) — Integra o Internato Médico na Carreira Médica, 346/XVII/1.^a (L) — Valorização da carreira

médica no Serviço Nacional de Saúde, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 445/XVII/1.ª (PAN) — Pela reintegração do Internato Médico na Carreira Médica, 458/XVII/1.ª (PS) — Integração do Internato Médico na Carreira Médica no Serviço Nacional de Saúde, 461/XVII/1.ª (L) — Promoção da saúde mental dos médicos internos no Serviço Nacional de Saúde, e 467/XVII/1.ª (BE) — Pela reintegração do Internato Médico como categoria de ingresso na Carreira Médica.

No ponto quatro faremos o debate do Projeto de Resolução n.º 27/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce as medidas para combater as «empresas e lojas de fachada», conjuntamente com o Projeto de Lei n.º 350/XVII/1.ª (PS) — Aprova um procedimento especial de autorização em zonas sensíveis, procedendo à alteração do regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, e os Projetos de Resolução n.ºs 438/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que tome medidas para impedir a indicação de moradas falsas para efeitos de autorização de residência e para garantir maior informação aos municípios sobre a abertura de novos estabelecimentos comerciais, na área do município, 447/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, combatendo as denominadas «lojas de fachada» e favorecendo o comércio tradicional.

Do ponto quinto da nossa ordem de trabalhos consta a discussão dos Projetos de Lei n.ºs 175/XVII/1.ª (BE) — Promove a gratuidade do ensino superior através do fim das propinas de 1.º ciclo e da limitação das demais taxas (alteração da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto), 284/XVII/1.ª (PCP) — Eliminação das propinas, taxas e emolumentos no Ensino Superior Público, 339/XVII/1.ª (PS) — Regulamenta as taxas e os emolumentos nas instituições de ensino superior, procedendo à sexta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, 342/XVII/1.ª (CH) — Procede à alteração da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, criando um regime de diferimento do pagamento de propinas, com início após a conclusão do ciclo de estudos e condicionado à capacidade contributiva do diplomado, 343/XVII/1.ª (L) — Gratuidade das propinas no 1.º ciclo de estudos e fixação de limites máximos às propinas do 2.º e 3.º ciclos, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 448/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a progressiva redução do valor das propinas no Ensino Superior, e 459/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo medidas para a progressiva eliminação das propinas no 1.º ciclo e para a fixação de um teto máximo nacional para as propinas de mestrado.

Finalmente, no sexto ponto, teremos as votações regimentais, às 12 horas.

Despeço-me do Sr. Primeiro-Ministro, dos restantes membros do Governo e de todos os Srs. Deputados. Está, assim, encerrada a sessão.

Até amanhã.

Eram 17 horas e 32 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.